



Índice de Desempenho da Justiça IDJus2012

Estudo comparado sobre a evolução do Judiciário no último triênio

Relatório de
Pesquisa

IDJus

Índice de
Desempenho
da Justiça

Brasília, março de 2014

Organizadora:

Julia Maurmann Ximenes

Pesquisadores:

Ana Carolina Aires Cerqueira Prata

Guilherme Viana Ferreira

Jeovan Assis Silva

Neide de Sordi



Coordenação
Julia Maurmann Ximenes

Índice de Desempenho da Justiça

IDJus₂₀₁₂

Estudo comparado sobre a evolução do
Judiciário no último triênio

Relatório de Pesquisa

Pesquisadores:

Ana Carolina Aires Cerqueira Prata
Guilherme Viana Ferreira
Jeovan Assis Silva
Neide De Sordi

Brasília
2015



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Ximenes , Julia Maurmann.

Índice de Desempenho da Justiça IDJus2012 Estudo comparado sobre a evolução do Judiciário no último triênio / Coordenação Julia Maurmann Ximenes. – Brasília: IDP, 2015.

135 p.

ISBN: 978-85-65604-64-2

DOI 10.1117/9788565604642

Título. 1. Poder Judiciário. 2. Efetividade 3. Índice. I.

CDD 341.27



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Sumário

1. Apresentação.....	7
2. O Desempenho da Justiça: novos olhares	9
2.1. Uso e construção de índices e indicadores – um breve histórico	9
2.2. A busca de indicadores que sejam aplicáveis ao Poder Judiciário	12
2.3. Como aplicar uma política judiciária de resultados de desempenho?	16
2.4. A proposta do IDJus para a avaliação do desempenho judicial brasileiro	17
3. Metodologia	19
4. Escopo da Pesquisa e fonte de dados	27
5. Resultados gerais	28
5.1 IDJus ₂₀₁₂ Brasil	29
5.2 Resultado IDJus ₂₀₁₂ Justiça Estadual	31
5.3 Resultado IDJus ₂₀₁₂ Justiça Federal	35
5.4 Resultado IDJus ₂₀₁₂ Justiça do Trabalho.....	37
6. Comparações do triênio - IDJus 2010, IDJus 2011 e IDJus 2012	42
7. Apêndice Estatístico	54
7.1 Cálculo do IDJus ₂₀₁₂ por Tribunal	55
7.1.2 Justiça Estadual	56
7.1.3 Justiça Federal	84
7.1.4 Justiça do Trabalho	90
8. Glossário	115
8.1 INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	115
8.1.1 Despesas	115
8.1.2 Receitas.....	117
8.2 INDICADORES DE GESTÃO DE RECURSOS.....	119
8.2.1 Recursos Humanos	119
8.2.2 Tecnologia.....	125
8.3 INDICADORES DE GESTÃO DE PROCESSOS	128
8.3.1 Litigiosidade.....	128
8.3.2 Produtividade.....	131
9. Bibliografia	Erro! Indicador não definido.

Lista de tabelas

Tabela 1 – Descrição das dimensões e temas	21
Tabela 2 – Descrição dos temas e indicadores	21
Tabela 3 - Polaridade dos indicadores	23
Tabela 4 – Peso e contribuição dos indicadores	25
Tabela 5 – Peso e contribuição dos temas.....	25
Tabela 6 – Peso e contribuição das dimensões	25
Tabela 7 – IDJus ₂₀₁₂ Brasil: resultado dos indicadores.....	30
Tabela 8 – IDJus ₂₀₁₂ Brasil: resultados das dimensões, temas e do IDJus.....	31
Tabela 9 – IDJus ₂₀₁₂ Justiça Estadual: resultado dos indicadores.....	32
Tabela 10 – IDJus ₂₀₁₂ Justiça Estadual: resultado das dimensões, temas e do IDJus .	33
Tabela 11 – IDJus ₂₀₁₂ Justiça Estadual: classificação dos Tribunais	34
Tabela 12 – IDJus ₂₀₁₂ Justiça Federal: resultado dos indicadores	36
Tabela 13 – IDJus ₂₀₁₂ Justiça Federal: resultado das dimensões, temas e do IDJus....	37
Tabela 14 – IDJus ₂₀₁₂ Justiça Federal: classificação dos Tribunais	37
Tabela 15 – IDJus Justiça do Trabalho: resultado dos indicadores	39
Tabela 16 – IDJus ₂₀₁₂ Justiça do Trabalho: resultado das dimensões, temas e do IDJus	40
Tabela 17 – IDJus ₂₀₁₂ Justiça do Trabalho: classificação dos Tribunais	41
Tabela 18 – IDJus Brasil: Evolução 2010 a 2012.....	44
Tabela 19 – IDJus Justiça Federal: Evolução 2010 a 2012.....	47
Tabela 20 – IDJus Justiça do Trabalho: Evolução 2010 a 2012.....	49
Tabela 21 – IDJus Justiça Estadual: Evolução 2010 a 2012.....	52

1. Apresentação

O Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP apresenta a 3ª Edição do Índice de Desempenho da Justiça – IDJus, desenvolvido pelo seu Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus) com o propósito de contribuir para o aprimoramento das instituições do Poder Judiciário.

O Índice de Desempenho da Justiça – IDJus, lançado em 2012 e agora em sua terceira edição, representa uma grande contribuição do IDP para o aprimoramento do Sistema de Justiça. Elaborado a partir da extração de conhecimentos de bases de dados públicas e oficiais como o “Justiça em Números” e o Relatório de Portes dos Tribunais em Tecnologia da Informação e Comunicação, ambos desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir do conjunto de dados estatísticos fornecidos pelos tribunais. A presente edição traz a análise da série histórica relativa aos anos-base 2010, 2011 e 2012, o que já propicia o monitoramento de progressos ao longo do tempo.

A intenção do IDP é contribuir para a definição de padrões sustentáveis de desenvolvimento das instituições do Sistema de Justiça, a começar pelos tribunais das três esferas analisadas: Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça do Trabalho. Para atingir esse objetivo tornou-se necessário elaborar indicadores que mensurassem e avaliassem o sistema, considerando três dimensões básicas da administração judiciária: gestão orçamentária, gestão de recursos (humanos e tecnológicos), e gestão de processos. Esta última dimensão é independente, essencial e inerente à própria missão dos tribunais.

O IDJus se propõe a contribuir para o estudo do desenvolvimento do Sistema de Justiça a partir de informações públicas, dentro de uma perspectiva de método internacionalmente utilizado de construção de índices e sistemas de indicadores sintéticos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS), Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), dentre outros.

Essa escolha metodológica destaca-se em meio ao estado da arte do desenvolvimento de índices e indicadores, permite identificar e mensurar as relações entre os fatores associados ao Sistema de Justiça e visou eliminar as preocupações com a qualidade e adequação da metodologia para a análise em referência, além de apresentar potencial analítico em relação aos métodos tradicionais, revelando-se, também, como adequado por ser capaz de refletir a complexidade do Judiciário.

O IDJus constitui um exemplo de utilização de dados oficiais – disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça – para a realização de estudos, análises e reflexões. A utilização de dados públicos por instituições da sociedade civil faz parte de um movimento mundial de dados abertos,



fortalecidos no Brasil pela Lei n. 12527 (Lei de Acesso à Informação - LAI) que garante aos cidadãos o acesso a informações públicas e determina às instituições públicas a obrigatoriedade de disponibilizar os seus dados em formato aberto para reuso da sociedade. A obrigatoriedade do poder público de disponibilizar as suas informações, dados e documentos em formato aberto é uma particularidade da Lei de Acesso à Informação brasileira, que representa um avanço para a transparência das ações governamentais, efetivação dos direitos e ampliação do controle social no processo de tornar a gestão pública mais transparente.

Dados abertos governamentais são aqueles produzidos pelo governo e colocados à disposição dos cidadãos de forma a tornar possíveis não apenas sua leitura e acompanhamento, como também sua reutilização em novos projetos, sítios e aplicativos, além do cruzamento com outros dados de diferentes fontes, e disposição em visualizações interessantes e esclarecedoras. Tais dados têm sido conjugados com as tecnologias de informação para a geração de novos serviços e produtos que contribuam para a melhoria de vida dos cidadãos.

Novas tecnologias digitais trazem novas formas de produzir e disseminar conhecimento na sociedade e estão alterando fundamentalmente a forma como a informação é publicada. A informação tornou-se abundante e processá-la passou a ser mais importante. Pesquisadores, jornalistas e cidadãos passaram a precisar de filtros confiáveis e esse é o objetivo do IDJus: verificar, analisar e sintetizar o conjunto de dados disponíveis sobre a Justiça, de forma a contribuir para que os dados mais relevantes cheguem à sociedade e ao cidadão.

2. O Desempenho da Justiça: novos olhares

A moderna administração judiciária não pode prescindir da mensuração da qualidade do desempenho dos tribunais. O Judiciário precisa considerar padrões de excelência no desempenho judicial como uma ambição legítima, principalmente quando se tem em mente a missão de pacificação social da Justiça. Nas sociedades democráticas, as instituições públicas somente podem se consolidar quando correspondem aos anseios dos atores e da clientela envolvidos sendo que, na perspectiva do Judiciário, quanto maior for a excelência do serviço judicial, maior confiança e apoio à independência e autonomia serão angariados junto à sociedade.

2.1. Uso e construção de índices e indicadores – um breve histórico

Indicadores têm sido usados de forma crescente para a elaboração de diagnósticos e em atividades de planejamento governamental e na gestão pública. O desenvolvimento de indicadores começou a ganhar atenção científica na segunda metade do século XX, em meio a tentativas de organização de sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e de aferição do impacto das políticas públicas nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, sobretudo no âmbito de organizações internacionais como Nações Unidas e Banco Mundial.

Nos EUA da década de 60, sistemas nacionais de produção de estatísticas públicas passaram a incorporar novas dimensões e a produzir relatórios públicos de forma sistemática com a disseminação de indicadores, com base na premissa de que tais ferramentas proporcionariam melhor comunicação com a sociedade. No Brasil, a formulação e divulgação de indicadores ocorreu de forma gradual nas décadas seguintes, com a estruturação de instituições de referência como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹. No Brasil, após a Constituição Federal de 1988, o ferramental de indicadores passou a exercer papel fundamental em relação ao acompanhamento do amplo sistema de proteção social estabelecido pela nova ordem constitucional. Governo, universidades, sindicatos e centros de pesquisa passaram a desenvolver esforços para aprimoramento conceitual e metodológico de instrumentos mais específicos de quantificação e qualificação das mais variadas dimensões da realidade social brasileira.

¹ JANNUZZI, P. M. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. Brasília: CAPES, 2009.

O emprego de indicadores passou a ser visto ainda com mais ênfase após a reforma gerencial da administração pública de meados dos anos 1990 e também com o aprimoramento das auditorias dos tribunais de contas na avaliação do desempenho dos programas no Poder Executivo. O interesse crescente pelo uso de indicadores na administração pública também está relacionado ao aprimoramento do controle social do Estado brasileiro nos últimos 20 anos.

Embora existam na literatura diversas acepções acerca de indicadores, pode-se dizer que há certa similaridade conceitual na maioria delas. Segundo Ferreira, Cassiolato e Gonzales (2009), indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. Já segundo Rua (2004), os indicadores são medidas que expressam ou quantificam um insumo, um resultado, uma característica ou o desempenho de um processo, serviço, produto ou organização. Em ambas conceituações, observa-se que indicadores constituem um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado, buscando traduzir, de forma mensurável, tal aspecto de modo a tornar operacional sua avaliação e monitoramento. Indicadores servem então para simplificar informações sobre fenômenos complexos e também para tornar a comunicação acerca destes fenômenos mais compreensível e quantificável.

Segundo Siche et al. (2007), indicadores de alta categoria passam a constituir índices, que seriam o valor agregado final de todo um procedimento de cálculo onde se utilizam, inclusive, indicadores como variáveis. O termo índice corresponderia a um valor numérico que representa a correta interpretação da realidade de um sistema simples ou complexo (natural, econômico ou social), utilizando, em seu cálculo, bases científicas e métodos adequados. O índice pode servir como instrumento de tomada de decisão e previsão, e é considerado um nível superior da junção de um jogo de indicadores ou variáveis.

Nesse contexto, a produção e o tratamento de informações permitem a ampliação do conhecimento das políticas públicas. Isso ganha destaque em um momento em que o Estado busca ampliar sua capacidade de fazer e entregar bens e serviços à população. Pode-se afirmar que o principal objetivo dos indicadores é o de assistir administradores e dirigentes públicos. Ao dispor de informações confiáveis, precisas e tempestivas, poderão abdicar de decisões fundamentadas em aspectos subjetivos como intuição ou impressões e opiniões pessoais. Nesse contexto, a partir de evidências empíricas, indicadores

viabilizam comparações e avaliações consistentes, e, principalmente, criam condições para esclarecer e fornecer suporte às decisões.² As principais funções dos indicadores estão elencadas abaixo:

- Avaliação de condições e tendências;
- Comparação entre lugares e instituições;
- Avaliação de condições e tendências em relação às metas e objetivos;
- Prover informações de advertência;
- Antecipar futuras condições e tendências.

Indicadores podem significar importantes ferramentas de mudança, de aprendizado e de comunicação. De acordo com Meadows (1988), a sociedade mede o que ela valoriza e aprende a valorizar aquilo que ela mede. Tais instrumentos de mensuração passaram a integrar o vocabulário corrente dos agentes políticos responsáveis pela definição das prioridades das políticas sociais e alocação de recursos públicos. Indicadores mais desejados são aqueles que sintetizem ou, pelo menos de alguma maneira, simplifiquem as informações relevantes e que sejam considerados importantes tanto pelos tomadores de decisão quanto pelo público.

O processo de gestão precisa ser pautado como um compromisso com os cidadãos, devendo envolver sempre informações e dados concretos de modo a não comprometer ações e resultados esperados. Também supõe novas formas de organização de serviços e ideias com o potencial de aprimorar os resultados do Estado e de melhorar a comunicação dos resultados das ações públicas. A maior pressão social por transparência e por fiscalização do gasto público passou a exigir o uso mais eficiente, eficaz e efetivo dos recursos arrecadados pelo Estado e, por consequência, passou a demandar a paralela reorganização das atividades de planejamento em bases mais técnicas.

² BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores: orientações básicas aplicadas à gestão pública**. Brasília: MP, 2013.

Classificação de indicadores de acordo com avaliação dos recursos alocados e dos resultados alcançados

Indicador de Eficiência	Tal medida possui estreita relação com produtividade, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados. Assim, a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos.
Indicador de Eficácia	Aponta o grau com que um Programa atinge as metas e objetivos planejados, ou seja, uma vez estabelecido o referencial (linha de base) e as metas a serem alcançadas, utiliza-se indicadores de resultado para avaliar se estas foram atingidas ou superadas.
Indicador de Efetividade	Mede os efeitos positivos ou negativos no aspecto da realidade analisado, ou seja, aponta se houve mudanças institucionais decorrentes dos resultados obtidos pela política, plano ou programa. É o que realmente importa para efeitos de transformação social.

Fonte: Adaptado de BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Indicadores: orientações básicas aplicadas à gestão pública. Brasília: MP, 2013, p. 22.

2.2. A busca de indicadores que sejam aplicáveis ao Poder Judiciário

Com o crescimento da visibilidade do Poder Judiciário, a partir da crescente cobrança da população pela efetivação do enorme rol de direitos econômicos e sociais, a adoção de indicadores era algo que, mais ou cedo ou mais tarde, chegaria à Justiça brasileira, uma vez que já são largamente utilizados no Poder Executivo. Segundo Jannuzzi (2005) A partir da Constituição Federal de 1988 e no contexto da descentralização administrativa e tributária em favor dos municípios, o Poder Executivo se viu pressionado pela demanda crescente por informações sociais e indicadores sociais.

Governo federal, estados e municípios passaram então a fazer uso crescente de uma série de indicadores no planejamento de políticas públicas, constituindo um aporte de grande utilidade e considerável aceitabilidade. Tendo em vista a complexidade de áreas como, por exemplo, educação e saúde, quaisquer medidas diretas desses fenômenos sociais seriam impraticáveis, sendo necessária a utilização de indicadores para o desempenho dessa tarefa. O mesmo pode ser dito em relação ao acompanhamento dos progressos da prestação jurisdicional no Brasil, uma vez que o Poder Judiciário apresenta uma série de especificidades e desafios que lhe são próprios.

Debates acerca da mensuração do desempenho do Poder Judiciário ganharam ímpeto a partir da primeira década deste século, a partir do desencadeamento de processos de reformas judiciais em várias democracias ao redor do mundo. No Brasil, a partir da criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - que avocou para si políticas de sistematização do planejamento Judiciário e esforços de maior transparência ao trabalho desenvolvido pelos tribunais – foram lançadas as bases para várias iniciativas estatais e acadêmicas com vistas ao monitoramento do desempenho judicial em nosso país.

Se o Judiciário deve se orientar para a entrega de uma prestação jurisdicional de qualidade para a sociedade, então os instrumentos de planejamento, orçamento e gestão nos tribunais devem seguir o mesmo caminho. Isto requer permanente autocrítica sobre o desempenho aferido e flexibilidade para correção de eventuais gargalos identificados pelo monitoramento constante.

Em meio a tal contexto, a construção de indicadores para o Poder Judiciário vem adquirindo importância crescente no processo de tomada de decisão de políticas judiciárias³. Como se pode observar, em razão de suas especificidades, as políticas judiciárias seguem rumos próprios e distintos dos arranjos por outras áreas de políticas públicas governamentais tradicionais (saúde, educação, trabalho, previdência, e etc.) na medida em que envolvem um

³ Políticas judiciárias podem ser definidas como o conjunto de ações formuladas e implementadas pelo Poder Judiciário em sua própria esfera para o aprimoramento de sua atuação e efetivo exercício de suas atribuições. As políticas judiciárias operam-se a partir da identificação, análise e diagnóstico dos problemas que afetam a função jurisdicional do Estado, podendo abranger, dentre outros aspectos: a definição de normas; a articulação de recursos humanos, financeiros e tecnológicos; a fixação de metas, diretrizes e estratégias para o tratamento da litigiosidade; a implementação de soluções e filtros pré-processuais; a modernização da gestão judicial; a coleta sistemática de dados estatísticos; a avaliação permanente do desempenho judicial; a efetivação racional do acesso à justiça; e a análise e o estudo de propostas de reformas e modificações processuais para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Vide SILVA e FLORENCIO (2011).

aparelho judicial que se comporta de forma bastante diferenciada de outros serviços públicos. Também cabe lembrar que Judiciário costuma terminar sendo a última parada onde muitos conflitos sociais desembocam após não terem sido devidamente tratados em outras esferas.

O desenho, a implementação e a avaliação de políticas judiciárias são pontos-chave para o gerenciamento efetivo dos tribunais. Isso implica que os tribunais devem coletar sistematicamente informações sobre o próprio desempenho e sobre as necessidades dos jurisdicionados. Contudo, para além da coleta de dados, as cortes precisam fazer com que as informações obtidas sejam efetivamente utilizadas em prol do aperfeiçoamento dos seus serviços. Desse modo, é possível avaliar avanços e retrocessos, em última instância, na qualidade desses serviços.

O desempenho judicial se apresenta como um constructo essencialmente multinível, ou seja, em maior ou menor escala, podem e devem ser consideradas variáveis situadas em diferentes níveis de análise, como processos, juízes, comarcas, tribunais e Judiciários nacionais. É preciso, então, buscar os índices mais relevantes, válidos e confiáveis para que o diagnóstico seja o mais consistente e adequado possível.

O enfrentamento dos gargalos e deficiências no Judiciário torna-se então uma luta constante envolvendo vários atores e instituições, com vistas à garantia dos direitos dos cidadãos. As políticas judiciárias não podem mais prescindir de devido embasamento empírico. Necessitam ter fundamentos concretos na realidade dos tribunais e serem lastreadas na devida apreensão desta, de modo que os gestores judiciais devem estar preparados para a utilização de ferramentas necessárias para sua ação e, conseqüentemente, para auxiliar nos processos administrativos ou na comparação entre momentos distintos de um mesmo processo ou, entre instituições, em comparação a padrão tido como ideal.

O monitoramento não deve ser um fim em si mesmo e antes de tudo, inspira-se no entendimento de que precisa ser, antes de tudo, fonte de aprendizado sobre a realidade que visa a produção de informações tempestivas para o processo de tomada de decisões pelos gestores dos tribunais. Necessita tornar-se prática de natureza contínua, cumulativa e coletiva para viabilizar-se como atividade capaz de agregar valor à atividade regular dos tribunais, podendo produzir:

- Conhecimentos densos e aprofundados das realidades, com ênfase às dimensões estratégicas e críticas da implementação e gestão cotidianas das políticas judiciárias;
- Informações harmonizadas e indicadores úteis ao gerenciamento tempestivo das ações.

Com o crescimento da visibilidade do Judiciário, estatísticas sobre o funcionamento desse Poder passaram a fazer parte do monitoramento dos aspectos de litigiosidade e estrutura orçamentária da justiça brasileira. Isso gera a necessidade de produção de informações que permitissem um acompanhamento das mudanças da realidade do Judiciário em nosso país e o conhecimento das particularidades institucionais dos tribunais. Várias propostas de medidas de avaliação têm sido disponibilizadas (vide quadro abaixo) e pode-se dizer que todas apontam para aspectos importantes e, quando contextualizadas e vistas em conjunto, podem contribuir sobremaneira para qualificação do desempenho judicial no Brasil.

Principais Índices e Indicadores relacionados à Justiça no Brasil

Instituição	Produto	site
Conselho Nacional de Justiça	Justiça em Números e IPC-Jus	< www.cnj.jus.br >
Instituto Brasileiro de Direito Público	IDJus	< www.idp.edu.br >
Fundação Getúlio Vargas	Índice de Confiança na Justiça Brasileira	< www.direitogv.fgv.br/publicacoes/icj-brasil >
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Sistema de indicadores de percepção social - Justiça	< www.ipea.gov.br >
Ministério da Justiça	Índice de Acesso à Justiça	< www.acessoajustica.gov.br >

Fonte: Elaboração própria.

Avaliação de desempenho de empresas privadas é um procedimento institucionalizado, que tem se mostrado importante para a sobrevivência organizacional. Já no setor público, ainda existem grandes desafios a serem superados a respeito do tema. No caso dos bens e serviços produzidos pelo setor público, os produtos ou resultados finais muitas vezes não são facilmente perceptíveis, sendo que no âmbito do Judiciário o quadro é mais complexo,

uma vez que grande parte dos serviços ofertados é intangível e difícil de ser avaliada⁴.

2.3. Como aplicar uma política judiciária de resultados de desempenho?

Indicadores de desempenho são ferramentas para comparação, que incorporam indicadores descritivos e referências a um objetivo específico e que devem ser compreendidos num contexto de transparência e num contexto de melhoria, uma vez que fornecem aos tomadores de decisão informações sobre o grau de sucesso na realização de metas locais ou nacionais.

É o conhecimento da realidade judicial como um todo e dos contextos específicos de cada tribunal que fornecerão as melhores condições para a construção e aplicação de mecanismos gerenciais adequados para o Poder Judiciário. Espera-se que a disseminação do uso de indicadores contribua para que o Poder Judiciário brasileiro possa contar com um aumento do uso das informações de seu desempenho para processos decisórios, com uma padronização em sua política nacional de mensuração de desempenho e com uma evolução da reflexão crítica feita sobre a prestação do seu serviço, estruturas e atores que influenciam os serviços judiciais.

Contudo, a mensuração do desempenho Judiciário envolve desafios que partem dos próprios aspectos que podem ser objeto de mensuração, bem como em que profundidade podem ser particularizados os diferentes desempenhos de áreas diversas do Judiciário. É nesse sentido que avaliações periódicas de desempenho podem ajudar os tribunais a identificar problemas que caminham para um quadro crônico e, assim sendo, analisar propostas de modo a impedir o agravamento deles.

O alcance do alto desempenho, contudo, implica que magistrados e a força de trabalho precisam compartilhar uma visão coletiva sobre quais práticas gerenciais melhor apoiam a missão das cortes e como elas devem ser implementadas. Sugere-se que as presidências dos tribunais brasileiros criem comissões compostas por magistrados e servidores e, eventualmente até com a presença de membros da OAB, de modo a interpretar os resultados de índices como o IDJus, de forma que a situação atual dos tribunais seja avaliada e cenários de situações desejáveis possam ser construídos. Tais comissões

⁴ GOMES, A. O. e GUIMARÃES, T. A. **Desempenho no Judiciário: conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa.** *Rev. Adm. Pública* [online]. 2013, vol.47, n.2, pp. 379-401.

poderiam realizar um monitoramento periódico com vistas ao cumprimento das eventuais metas que forem pactuadas, bem como alinhar os resultados do IDJus com as metas traçadas no planejamento estratégico dos tribunais.

Em um momento em que a sociedade brasileira parece clamar por melhoria geral nos serviços públicos, o aprimoramento do desempenho nos tribunais brasileiros passa a ser uma necessidade que deve motivar não só os operadores do direito, mas também todos os cidadãos. E uma vez que o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional irradia efeitos benéficos para toda a ordem econômica e social, os tribunais brasileiros que realmente se engajarem no compromisso de ofertar altos padrões de eficiência podem liderar e servir de modelo no processo de conquista de novos patamares de excelência no setor público.

2.4. A proposta do IDJus para a avaliação do desempenho judicial brasileiro

De acordo com as premissas básicas do IDJus, o adequado desempenho da Justiça envolve o aperfeiçoamento dos mecanismos internos dos tribunais em três dimensões básicas da administração judiciária: gestão orçamentária, gestão de recursos (humanos e tecnológicos), e gestão de processos. No IDJus, parte-se do pressuposto de que a boa governança judicial passa pela interação entre essas três dimensões, bem como de coordenação pelos tribunais das distintas políticas judiciárias correlatas a cada uma delas, buscando integrá-las de forma a garantir a coerência e a consistência do desempenho judicial. A moderna gestão judiciária deve focar estratégias e políticas pautadas por eficiência, eficácia e efetividade na busca de resultados com vistas à melhoria da prestação jurisdicional.

O IDJus almeja representar uma contribuição para o planejamento das políticas judiciárias, consoante revela os principais gargalos que afligem os serviços judiciais no Brasil, por meio de medidas que possibilitam melhor focalização da gestão e potencializa a eficiência dos investimentos realizados pelos tribunais. Essa conjunção de aspectos faz do IDJus uma ferramenta bastante apropriada para a avaliação do uso de recursos – financeiros e humanos – no Judiciário.

O IDJus está estruturado, com base nas três dimensões supramencionadas, em um conjunto de 20 indicadores agrupados em seis temas: Despesas, Receitas, Transferências, Recursos Humanos, Tecnologia, Litigiosidade e Produtividade. O IDJus é, portanto, uma medida multidimensional, uma vez que



a complexidade e a singularidade dos serviços judiciais não comportariam uma metodologia unidimensional. É importante compreender que a Justiça envolve fenômenos multifacetados e que, uma medida exclusivamente focada na gestão de processos, por exemplo, não seria capaz de expressá-la e captá-la em sua totalidade. Além disso, o IDJus permite uma série de desdobramentos e mensurações, e pode ser desagregado, abrindo espaço para revelar quais áreas dos tribunais apresentam eventuais déficits de gestão que possam ser priorizados no acompanhamento gerencial. Nesse sentido, o IDJus consegue fornecer informações que são muito relevantes para o planejamento da superação dos gargalos que afligem os serviços judiciais no Brasil.

O IDJus possibilita a realização de variados exercícios para a construção de cenários com vistas à melhoria da qualidade da administração da Justiça, de modo que cada tribunal possa analisar sua cultura gerencial e estabelecer objetivos específicos, adequados à sua realidade a partir da mensuração do desempenho e de mudanças no seus procedimentos internos, com base no pressuposto de que não existe uma única e tampouco permanente solução para a organização da gestão judiciária.

Junto ao relatório Justiça em Números do CNJ e às iniciativas de planejamento estratégico dos tribunais, o IDJus configura-se como uma significativa empreitada em direção àquelas melhorias na administração do Judiciário brasileiro que podem ser fundamentadas pela atuação do sistema de mensuração e planejamento deste Poder.



3. Metodologia

O IDJus é um indicador sintético ou social que procura medir o grau de desenvolvimento da Justiça, possibilitando a mensuração das diferenças de produtividade e desempenho existentes entre os segmentos do Poder Judiciário. Com a terceira edição do índice, os resultados devem ser utilizados para avaliação do desenvolvimento da Justiça ao longo do triênio 2010 - 2012.

A metodologia tem por objetivo apreender a realidade através de uma única medida, resultante da combinação ponderada de múltiplas medições das dimensões analíticas quantificáveis. No caso do IDJus As informações estatísticas utilizadas na construção do indicador são os relatórios estatísticos *Justiça em Números* e os resultados do *Questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário*, ambos dados oficiais publicados anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça.

3.1 Etapas e técnicas de construção do IDJus

Segundo Scandar Neto (2006) a construção de um indicador sintético é uma operação metodológica realizada em várias etapas sucessivas, que envolvem decisões não triviais e nem sempre consensuais e únicas. Naturalmente, cada escolha, cada encaminhamento metodológico leva à construção de uma medida diferente.

A figura a abaixo apresenta as etapas de construção do IDJus.



ETAPA 1: Criação do Sistema de Indicadores

A escolha dos indicadores e sua classificação em temas e dimensões deve se pautar, além da sua disponibilidade e relevância para a temática em questão, pela sua validade em representar o conceito indicado e pela confiabilidade dos dados usados na sua construção.

Para contemplar as diversas dimensões da Justiça e a forma como elas afetam o desempenho e eficiência da Justiça, o IDJus foi elaborado a partir de 20 indicadores de desempenho que foram classificados em 6 temas dentro de 3 dimensões primárias da administração judiciária: gestão orçamentária, gestão de recursos (humanos e tecnológicos), e gestão de processos. Vale ressaltar que os 20 indicadores selecionados possuem alto grau de confiabilidade, no sentido de retratarem, com confiabilidade, as áreas a que se referem (vide tabelas).

Tabela 1 – Descrição das dimensões e temas

	Dimensões	Temas
IDJus	Gestão Orçamentária Peso: 25%	Despesas
		Receitas
	Gestão de Recursos Peso: 25%	Recursos Humanos
		Tecnologia
	Gestão de Processos Peso: 50%	Litigiosidade
		Produtividade

Tabela 2 – Descrição dos temas e indicadores

Temas	Indicadores Primários
Despesas	Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Custo médio do Processo
Receitas	Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça Arrecadação Média Processual
Recursos Humanos	Percentual de Cargos de Magistrado ocupados Percentual de Servidores Efetivos Percentual de Servidores da Área Judiciária Taxa de Igualdade Processual por Servidor Taxa de Igualdade Processual por Magistrado Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado
Tecnologia	Porte baseado em Tecnologia Porte baseado em Força de Trabalho mínima Porte baseado em Automação Porte baseado em Governança de TI Porte baseado em Capacitação em TI
Litigiosidade	Taxa de Congestionamento Índice de Atraso Taxa de Atendimento da Demanda
Produtividade	Produtividade Média por Magistrado Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária

ETAPA 2: A comensurabilidade das informações

Após a configuração do sistema de indicadores a partir de dimensões, temas e indicadores, a etapa seguinte é o da transformação das variáveis. Para construção de um indicador sintético esta é uma etapa importante a se considerar – conferir a propriedade da comensurabilidade, ou seja, como medir duas ou mais grandezas na mesma unidade.

No IDJus foi utilizada a normalização que consiste em transformar os indicadores em índices cujos valores se posicionam entre zero e cem, tendo como base os indicadores calculados. A importância desse procedimento reside no resultado obtido: todos os índices terão, após a normalização, a mesma unidade de medida, isto é, mesma magnitude, possibilitando, então, comparações entre si. Para tanto, é aplicada a fórmula que se segue:

$$\text{Índice}_{itj} = \frac{a_{itj} - \text{Mín}_i}{\text{Máx}_i - \text{Mín}_i} \times 100$$

$i = \text{indicador}$
 $t = \text{Tribunal}$
 $j = \text{Justiça}$

onde a_{itj} = valor observado do indicador i no Tribunal t da Justiça j
 Mín_i = valor mínimo observado do indicador i
 Máx_i = valor máximo observado do indicador i

A fórmula acima pode ser interpretada da seguinte forma: o índice do indicador i , do tribunal t da justiça j é igual ao quociente da diferença entre o valor observado do indicador i , do tribunal t da justiça j e o mínimo ajustado do indicador i , e da diferença entre o máximo ajustado do indicador i e o mínimo ajustado do indicador i . Note que o mínimo e o máximo são calculados por cada indicador, enquanto que o valor observado refere-se ao indicador, ao tribunal e à justiça a que o tribunal pertence.

A fim de garantir a comparabilidade dos resultados obtidos, o mínimo e o máximo são calculados por cada indicador e são idênticos para os três ramos de justiça e os três períodos analisados (2010, 2011 e 2012), enquanto que o

valor observado refere-se ao indicador, ao tribunal e à justiça a que o tribunal pertence.

ETAPA 3: Polarização dos indicadores

A terceira etapa define se o indicador tem polaridade positiva, ou seja, valores maiores indicam melhor desempenho do tribunal, ou negativa, valores menores indicam melhor desempenho. Assim, para os indicadores classificados com polaridade negativa utiliza-se o valor complementar do índice auferido na etapa de normalização do indicador.

Tabela 3 - Polaridade dos indicadores

Indicadores Primários	Polaridade
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	-
Custo médio do Processo	-
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	+
Arrecadação Média Processual	+
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	+
Percentual de Servidores Efetivos	+
Percentual de Servidores da Área Judiciária	+
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	-
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	-
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	-
Porte baseado em Tecnologia	+
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	+
Porte baseado em Automação	+
Porte baseado em Governança de TI	+
Porte baseado em Capacitação em TI	+
Taxa de Congestionamento	-
Índice de Atraso	-
Taxa de Atendimento da Demanda	+
Produtividade Média por Magistrado	+
Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária	+

ETAPA 4: Escolha dos pesos

Os pesos dos indicadores devem indicar a importância que cada indicador representa para marco conceitual na temática de interesse. A literatura sobre o



tema mostra a existência de uma dificuldade de atribuir pesos aos indicadores de modo a conseguir sintetizá-los em um único escalar.

Dadas as dificuldades apresentadas, muitos autores optam por atribuir o mesmo peso para todos os indicadores ou ponderá-los de acordo com a importância para o que está sendo mensurado.

Assim, na construção do Índice de Desenvolvimento da Justiça os pesos dos indicadores, temas e dimensões foram definidos pela equipe técnica de acordo com a importância relativa de cada indicador. Para as dimensões foram estabelecidos pesos distintos e para os indicadores decidiu-se por dividir os pesos de forma uniforme dentro de cada tema e dimensão.

A dimensão gestão de processos, por ser classificada como uma dimensão independente, essencial e inerente à própria missão dos tribunais, foi atribuído 50% do peso total do IDJus. As demais dimensões, que dizem respeito à função administrativa das cortes e correspondem ao suporte de suas atividades-fim, receberam peso de 25%. A partir desses pesos obtém-se um índice sintético para cada tema, para cada dimensão, e o índice sintético geral, o IDJus.

Vale destacar que a escolha dos pesos foi realizada após vários exercícios estatísticos de validação dos mesmos, tendo como base os resultados obtidos em cada exercício.

Tabela 4 – Peso e contribuição dos indicadores

Indicadores Primários	Peso	Contribuição
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	1	50,0%
Custo médio do Processo	1	50,0%
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	1	50,0%
Arrecadação Média Processual	1	50,0%
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	1	16,7%
Percentual de Servidores Efetivos	1	16,7%
Percentual de Servidores da Área Judiciária	1	16,7%
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	1	16,7%
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1	16,7%
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1	16,7%
Porte baseado em Tecnologia	1	20,0%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	1	20,0%
Porte baseado em Automação	1	20,0%
Porte baseado em Governança de TI	1	20,0%
Porte baseado em Capacitação em TI	1	20,0%
Taxa de Congestionamento	2	33,3%
Índice de Atraso	2	33,3%
Taxa de Atendimento da Demanda	2	33,3%
Produtividade Média por Magistrado	2	50,0%
Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária	2	50,0%

Tabela 5 – Peso e contribuição dos temas

Temas	Peso	Contribuição
Despesas	1	50,0%
Receitas	1	50,0%
Recursos Humanos	1	50,0%
Tecnologia	1	50,0%
Litigiosidade	2	50,0%
Produtividade	2	50,0%

Tabela 6 – Peso e contribuição das dimensões

Dimensões	Peso	Contribuição
Gestão Orçamentária	1	25,0%
Gestão de Recursos	1	25,0%
Gestão de Processos	2	50,0%

3.2 Mudanças metodológicas

Ao longo das três edições do IDJus algumas mudanças na metodologia foram realizadas: ajuste no sistema de indicadores, alteração no cálculo do IDJus Brasil e mudança nos valores máximos e mínimos utilizados na normalização.

Quanto ao sistema de indicadores optou-se pela remoção do tema “transferências” inserido na dimensão “receitas” do IDJus₂₀₁₀ após a análise dos dados referentes ao ano de 2011 publicados no Justiça em Números. Diferentemente do ocorrido no IDJus₂₀₁₀, muitos tribunais não informaram a variável “Valores Pagos aos Jurisdicionados (Vpag)” no ano de 2011. A variável “Vpag” era utilizada para construção dos dois indicadores que compunham o tema “transferências”: Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça e Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo.

Diferentemente de sua primeira versão, o índice Brasil passou a ser calculado pela média ponderada em relação às Justiças Estadual, Federal e do Trabalho. Dessa forma, garantimos a comparabilidade entre as esferas do Judiciário e o índice global – IDJus Brasil.

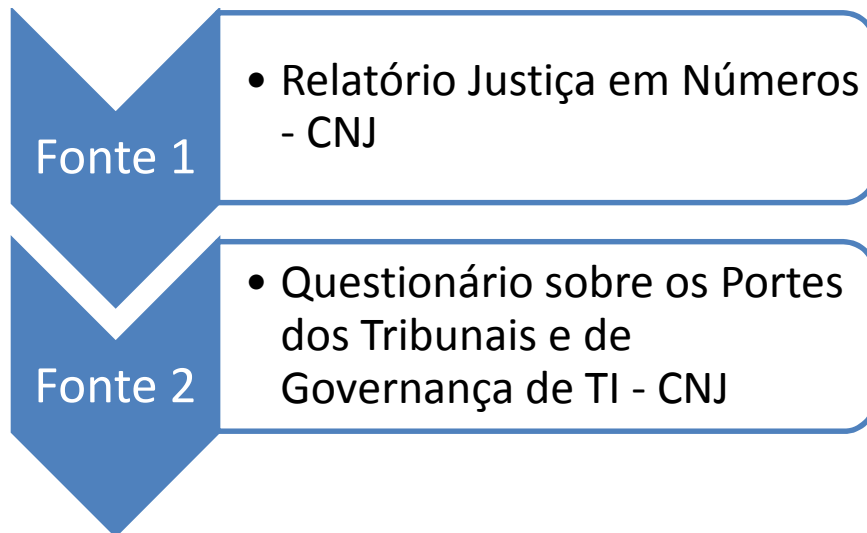
No que se refere aos valores máximos e mínimos, optou-se por utilizar um valor único de mínimo e máximo para cada indicador independente do ramo de Justiça e do ano da pesquisa. Esses valores de mínimos e máximos foram categorizados em duas espécies: os estabelecidos a partir da amostra completa de dados por não se tratarem de indicadores com parâmetros pré-definidos e os que foram estabelecidos pela equipe por se tratarem de indicadores com parâmetros pré-definidos.

Outro fato que merece destaque diz respeito às alterações nos dados estatísticos publicados pelo CNJ. Tendo em vista que a resolução que dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário acolhe a retificação dos dados por parte dos tribunais, conforme disposto no artigo 17 da Resolução nº 76/2009 do CNJ, os dados utilizados no IDJus₂₀₁₀ e IDJus₂₀₁₁ sofreram alterações com a publicação de uma nova base pelo Conselho em 2013.

Ressalte-se que diante dessas mudanças todas as análises realizadas ao longo desse documento em relação ao IDJus₂₀₁₀, IDJus₂₀₁₁ e IDJus₂₀₁₂ foram construídas a partir de cenários similares, ou seja, o IDJus₂₀₁₀ e IDJus₂₀₁₁ foram recalculado com a mesma metodologia do IDJus₂₀₁₂ a partir da base de dados retificada disponibilizada pelo CNJ.

4. Escopo da Pesquisa e fonte de dados

O sistema de indicadores do IDJus foi criado a partir dos dados oficiais publicados pelo Conselho Nacional de Justiça conforme descrito na figura abaixo.



O Relatório Justiça em Números, regulamentado pela Resolução nº 76/2009 do CNJ e publicado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, apresenta informações na forma de dados estatísticos e indicadores para as seguintes categorias: receitas, despesas, estrutura, carga de trabalho, taxa de congestionamento, recorribilidade e reforma de decisões, dentre outras. Nesse caso, a composição dos indicadores do IDJus foram elaboradas, em sua maioria, a partir de informações estatísticas e não de indicadores preexistentes no relatório.

O Questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação, instituído pela Resolução Nº 90/2009 do CNJ, prevê critérios de nivelamento mínimo em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário. Dentre os temas avaliados estão: governança de TI; infraestrutura; equipamentos; segurança da informação; pessoal de TIC; aplicativos; capacitação; comunicação de dados; processo eletrônico e telefonia. Os resultados finais do questionário foram incorporados ao tema tecnologia do IDJus.

Na terceira edição do IDJus todas as informações estatísticas são referentes ao ano base 2012. Vale destacar, entretanto, que as variáveis do Justiça em Números foram extraídas do banco de dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ) disponível para consulta pública no sítio eletrônico do



CNJ. A liberação dos dados foi uma iniciativa do CNJ em atendimento à Lei n. 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, regulamentada pelo CNJ por meio da Portaria nº 216/2012. O artigo 1º da Portaria estabeleceu que o banco de dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ) ficará disponível para consulta pública (acesso público) de forma permanente.

5. Resultados gerais

Com a terceira edição do Índice de Desempenho da Justiça (IDJus) os resultados aferidos permitem além dos rankings tradicionais, inúmeros exercícios comparativos entre os tribunais, entre as esferas da Justiça e entre os anos analisados. Adicionalmente, dentro de cada instituição em particular, o IDJus também pode ser aberto por dimensões, temas e indicadores, o que incentiva enfoques e recortes específicos e mais direcionados para as áreas que eventualmente necessitem de maior aprimoramento. Busca-se que os



resultados descortinados pelo Índice possam ser úteis para a formulação de estratégias e ações para o Judiciário nacional.

Desse modo, esse capítulo destina-se a apresentar primeiramente os resultados gerais do IDJus₂₀₁₂. A partir desses resultados e das comparações que serão apresentadas nas próximas seções, os tribunais poderão identificar causas dos problemas que mais afetam a prestação jurisdicional, estabelecer metas e avaliar os progressos obtidos.

5.1 IDJus₂₀₁₂ Brasil

Para o resultado IDJus₂₀₁₂ Brasil, foi considerada a média ponderada dos dados estatísticos das Justiças Estadual, Justiça Federal e do Trabalho. Os resultados indicam que há um longo caminho a percorrer no que tange ao desenvolvimento da Justiça no Brasil, e que a mesma também apresenta muitas disparidades entre os tribunais com as posições mais elevadas e mais baixas.

O IDJus 2012 – Brasil (total de todos os tribunais das Justiças Estadual, Federal e do Trabalho) é de 53,9. A dimensão de pior desempenho, na Justiça brasileira como um todo, é a Gestão Orçamentária (46,2), no entanto, o tema que apresentou menor valor no índice de desenvolvimento foi o de produtividade (41,6) que compõe a dimensão de Gestão de Processos.

As Tabelas 7 e 8 a seguir apresentam os resultados finais por dimensão, tema e indicador.

Tabela 7 – IDJus₂₀₁₂ Brasil: resultado dos indicadores

IDJus Brasil	
Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	27,6
Custo médio do Processo	60,2
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	18,2
Arrecadação Média Processual	78,8
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	69,0
Percentual de Servidores Efetivos	65,2
Percentual de Servidores da Área Judiciária	74,7
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	64,5
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	86,0
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	85,7
Porte baseado em Tecnologia	83,6
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	50,7
Porte baseado em Automação	88,0
Porte baseado em Governança de TI	80,1
Porte baseado em Capacitação em TI	72,1
Taxa de Congestionamento	38,2
Índice de Atraso	63,5
Taxa de Atendimento da Demanda	57,5
Produtividade Média por Magistrado	48,2
Produtividade Média por Servidor	35,1

Tabela 8 – IDJus₂₀₁₂ Brasil: resultados das dimensões, temas e do IDJus

IDJus Brasil

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus Brasil	53,9	Gestão Orçamentária Peso: 25%	46,2	Despesas	43,9
				Receitas	48,5
		Gestão de Recursos Peso: 25%	74,5	Recursos Humanos	74,2
				Tecnologia	74,9
		Gestão de Processos Peso: 50%	47,3	Litigiosidade	53,0
				Produtividade	41,6

5.2 Resultado IDJus₂₀₁₂ Justiça Estadual

O IDJus₂₀₁₂ da Justiça Estadual foi de 49,5, sintetizado por 46,8 do índice da Gestão de Orçamentária, 73,5 da Gestão de Recursos e 38,8 da Gestão de Processos. Dos 27 tribunais estaduais analisados, 12 apresentaram IDJus acima dessa média (TJ-RS, TJ-MS, TJ-RJ, TJ-AC, TJ-RO, TJ-PR, TJ-SE, TJ-AP, TJ-SC, TJ-SP, TJ-AM e TJ-CE).

O tribunal mais bem posicionado é o TJ-RS (60,4) e o que apresenta o grau de desempenho mais baixo é o TJ-PI (28,1). Na Justiça Estadual como um todo, o principal gargalo parece estar na dimensão de Gestão de Processos, o qual apresenta o menor valor do indicador, variando de 16,6 a 58,1. Na Gestão Orçamentária os valores variam de 27,6 a 57,9 e na Gestão de Recursos de 50,3 a 83,0.

Alguns destaques por dimensão:

Justiça Estadual	Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos
Melhor desempenho	TJ-RJ (57,8)	TJ-SE (83,0)	TJ-RS (58,1)
Pior desempenho	TJ-PI (29,3)	TJ-PI (50,3)	TJ-RR (16,6)

As Tabelas 9, 10 e 11 a seguir apresentam os resultados finais da Justiça Estadual e o ranking com o resultado do IDJus de cada Tribunal de Justiça.

Tabela 9 – IDJus₂₀₁₂ Justiça Estadual: resultado dos indicadores

IDJus Justiça Estadual	
Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	34,3
Custo médio do Processo	71,3
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	10,1
Arrecadação Média Processual	71,7
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	63,5
Percentual de Servidores Efetivos	58,0
Percentual de Servidores da Área Judiciária	83,9
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	55,4
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	87,7
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	98,8
Porte baseado em Tecnologia	80,7
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	51,8
Porte baseado em Automação	82,4
Porte baseado em Governança de TI	78,7
Porte baseado em Capacitação em TI	68,7
Taxa de Congestionamento	26,7
Índice de Atraso	44,3
Taxa de Atendimento da Demanda	49,6
Produtividade Média por Magistrado	45,7
Produtividade Média por Servidor	29,0

Tabela 10 – IDJus₂₀₁₂ Justiça Estadual: resultado das dimensões, temas e do IDJus

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus	49,5	Gestão Orçamentária Peso: 25%	46,8	Despesas	52,8
				Receitas	40,9
		Gestão de Recursos Peso: 25%	73,5	Recursos Humanos	74,5
				Tecnologia	72,5
		Gestão de Processos Peso: 50%	38,8	Litigiosidade	40,2
				Produtividade	37,4

Tabela 11 – IDJus₂₀₁₂ Justiça Estadual: classificação dos Tribunais

Posição	Tribunal	Dimensão			IDJus
		Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TJ - Rio Grande do Sul	51,5	74,1	58,1	60,4
2	TJ - Mato Grosso do Sul	51,3	73,5	54,3	58,4
3	TJ - Rio de Janeiro	57,9	78,8	47,6	58,0
4	TJ - Acre	46,1	68,9	52,2	54,9
5	TJ - Rondônia	42,7	76,3	48,5	54,0
6	TJ - Paraná	52,2	71,8	44,6	53,3
7	TJ - Sergipe	39,0	83,0	44,1	52,6
8	TJ - Amapá	29,3	68,4	55,5	52,2
9	TJ - Santa Catarina	45,7	77,8	42,0	51,9
10	TJ - São Paulo	49,6	70,6	40,0	50,1
11	TJ - Amazonas	38,0	70,2	45,9	50,0
12	TJ - Ceará	39,4	74,7	42,5	49,8
13	TJ - Distrito Federal	32,7	78,4	43,4	49,5
14	TJ - Pará	44,8	68,8	40,7	48,7
15	TJ - Rio Grande do Norte	36,8	71,1	43,4	48,7
16	TJ - Minas Gerais	42,5	72,1	39,1	48,2
17	TJ - Maranhão	46,1	69,3	38,7	48,2
18	TJ - Alagoas	39,3	66,8	43,2	48,1
19	TJ - Goiás	48,0	71,5	36,4	48,1
20	TJ - Paraíba	39,3	73,0	29,3	42,7
21	TJ - Tocantins	42,1	67,1	29,5	42,0
22	TJ - Bahia	33,5	76,2	29,1	42,0
23	TJ - Mato Grosso	40,9	81,4	21,8	41,5
24	TJ - Espírito Santo	38,3	66,9	30,1	41,4
25	TJ - Pernambuco	45,0	76,4	20,3	40,5
26	TJ - Roraima	35,2	69,2	16,6	34,4
27	TJ - Piauí	27,6	50,3	17,3	28,1

5.3 Resultado IDJus₂₀₁₂ Justiça Federal

No IDJus₂₀₁₂ da Justiça Federal foi de 60,9. Esse valor foi composto a partir dos índices dimensionais da Gestão Orçamentária, Gestão de Recursos e Gestão de Processos, 54,1, 75,8 e 56,9, respectivamente. Destaque para o alto desempenho da Gestão de Recursos da Justiça Federal resultante, principalmente, dos recursos tecnológicos.

O tribunal mais bem colocado é o TRF da 3ª Região (69,4) enquanto o TRF da 2ª Região apresenta um menor resultado com IDJus de 55,6. No entanto, vale mencionar que o referido Tribunal (TRF da 2ª Região) apresentou índices de destaque na Gestão Orçamentária e na Gestão de Recursos, em ambas dimensões o segundo melhor resultado da Justiça Federal.

Alguns destaques por dimensão:

Justiça Federal	Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos
Melhor desempenho	TRF-3 (70,3)	TRF-4 (81,4)	TRF-1 (68,6)
Pior desempenho	TRF-1 (24,7)	TRF-1 (66,7)	TRF-2 (43,8)

As Tabelas 12, 13 e 14 a seguir apresentam os resultados finais da Justiça Federal e o ranking com o resultado do IDJus de cada Tribunal Regional Federal.

Tabela 12 – IDJus₂₀₁₂ Justiça Federal: resultado dos indicadores

IDJus Justiça Federal	
Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	26,4
Custo médio do Processo	66,2
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	36,4
Arrecadação Média Processual	87,6
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	68,5
Percentual de Servidores Efetivos	64,6
Percentual de Servidores da Área Judiciária	64,2
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	85,3
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	74,8
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	72,5
Porte baseado em Tecnologia	90,6
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	60,0
Porte baseado em Automação	96,6
Porte baseado em Governança de TI	78,2
Porte baseado em Capacitação em TI	74,3
Taxa de Congestionamento	34,7
Índice de Atraso	58,7
Taxa de Atendimento da Demanda	71,7
Produtividade Média por Magistrado	68,4
Produtividade Média por Servidor	48,9

Tabela 13 – IDJus₂₀₁₂ Justiça Federal: resultado das dimensões, temas e do IDJus

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus	60,9	Gestão Orçamentária Peso: 25%	54,1	Despesas	46,3
				Receitas	62,0
		Gestão de Recursos Peso: 25%	75,8	Recursos Humanos	71,6
				Tecnologia	79,9
		Gestão de Processos Peso: 50%	56,9	Litigiosidade	55,0
				Produtividade	58,7

Tabela 14 – IDJus₂₀₁₂ Justiça Federal: classificação dos Tribunais

Posição	Tribunal	UFs abrangidas	Dimensão			IDJus
			Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TRF 3ª Região	São Paulo e Mato Grosso do Sul	70,3	71,8	67,6	69,3
2	TRF 5ª Região	Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba	43,6	76,6	57,1	58,6
3	TRF 4ª Região	Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina	50,8	81,2	49,3	57,7
4	TRF 1ª Região	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí	24,7	66,7	68,6	57,2
5	TRF 2ª Região	Rio de Janeiro e Espírito Santo	57,1	77,5	43,8	55,6

5.4 Resultado IDJus₂₀₁₂ Justiça do Trabalho

Na Justiça do Trabalho, o IDJus₂₀₁₂ foi de 51,2, sintetizado pelo indicadores de Gestão Orçamentária (37,6), de Gestão de Recursos (74,3) e de Gestão de Processos (46,4). Dos 24 tribunais, 11 apresentaram um desempenho acima da média (TRT 8ª Região, TRT 2ª Região, TRT 19ª Região, TRT 11ª Região, TRT 18ª



Região, TRT 22ª Região, TRT 15ª Região, TRT 14ª Região, TRT 17ª Região, TRT 9ª Região, TRT 12ª Região)

Os TRTs mais bem posicionados, o TRT da 8ª Região (Pará e Amapá) e o TRT da 2ª Região (São Paulo) apresentaram resultados similares, com IDJus de 54,5. O menor desempenho foi apresentado pelo TRT da 21ª Região (Rio Grande do Norte), com um IDJus de 43,3. É interessante constatar que a Justiça do Trabalho, apresenta, como um todo, um desempenho mais uniforme entre tribunais, com o IDJus variando de 43,3 e 54,5.

Alguns destaques por dimensão:

Justiça do Trabalho	Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos
Melhor desempenho	TRT-11 – RO e AC (45,0)	TRT-5 – BA (81,2)	TRT-8 – PA e AP (52,8)
Pior desempenho	TRT-20 – SE (30,7)	TRT-18 – AM e RR (67,5)	TRT-21 – RN (35,3)

As Tabelas 15, 16 e 17 a seguir apresentam os resultados finais da Justiça do Trabalho e o ranking com o resultado do IDJus de cada Tribunal Regional do Trabalho.

Tabela 15 – IDJus Justiça do Trabalho: resultado dos indicadores

IDJus Justiça do Trabalho	
Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	22,2
Custo médio do Processo	43,2
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	8,2
Arrecadação Média Processual	76,9
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	74,8
Percentual de Servidores Efetivos	73,0
Percentual de Servidores da Área Judiciária	76,1
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	52,9
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	95,4
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	85,8
Porte baseado em Tecnologia	79,5
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	40,2
Porte baseado em Automação	85,1
Porte baseado em Governança de TI	83,5
Porte baseado em Capacitação em TI	73,2
Taxa de Congestionamento	53,2
Índice de Atraso	87,4
Taxa de Atendimento da Demanda	51,1
Produtividade Média por Magistrado	30,4
Produtividade Média por Servidor	27,3

Tabela 16 – IDJus₂₀₁₂ Justiça do Trabalho: resultado das dimensões, temas e do IDJus

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus	51,2	Gestão Orçamentária Peso: 25%	37,6	Despesas	32,7
				Receitas	42,6
		Gestão de Recursos Peso: 25%	74,3	Recursos Humanos	76,3
				Tecnologia	72,3
		Gestão de Processos Peso: 50%	46,4	Litigiosidade	63,9
				Produtividade	28,8

Tabela 17 – IDJus₂₀₁₂ Justiça do Trabalho: classificação dos Tribunais

Posição	Tribunal	UFs abrangidas	Dimensão			IDJus
			Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TRT 08ª Região	Pará e Amapá	34,1	78,2	52,8	54,5
1	TRT 02ª Região	São Paulo	38,7	72,5	53,3	54,5
2	TRT 19ª Região	Alagoas	38,5	76,5	50,0	53,8
3	TRT 11ª Região	Amazonas e Roraima	41,8	73,0	50,1	53,8
4	TRT 18ª Região	Goiás	39,5	67,5	52,7	53,1
5	TRT 22ª Região	Piauí	40,8	75,9	47,8	53,1
6	TRT 15ª Região	Campinas	44,0	73,3	47,5	53,0
7	TRT 14ª Região	Rondônia e Acre	45,0	71,9	47,5	53,0
8	TRT 17ª Região	Espírito Santo	44,3	74,7	45,7	52,6
9	TRT 09ª Região	Paraná	42,4	76,9	43,1	51,4
10	TRT 12ª Região	Santa Catarina	36,1	75,4	47,0	51,4
11	TRT 03ª Região	Minas Gerais	36,0	71,1	48,6	51,1
12	TRT 01ª Região	Rio de Janeiro	35,3	71,7	47,9	50,7
13	TRT 04ª Região	Rio Grande do Sul	35,0	79,9	41,7	49,6
14	TRT 16ª Região	Maranhão	33,6	69,6	47,4	49,5
15	TRT 13ª Região	Paraíba	25,9	74,8	48,1	49,2
16	TRT 06ª Região	Pernambuco	32,4	72,5	45,4	49,0
17	TRT 07ª Região	Ceará	36,2	72,0	43,5	48,8
18	TRT 24ª Região	Mato Grosso do Sul	34,2	73,9	42,0	48,0
19	TRT 20ª Região	Sergipe	30,7	77,8	41,4	47,8
20	TRT 05ª Região	Bahia	31,2	81,9	38,8	47,7
21	TRT 10ª Região	Distrito Federal e Tocantins	32,4	69,6	43,8	47,4
22	TRT 23ª Região	Mato Grosso	35,4	68,2	40,9	46,4
23	TRT 21ª Região	Rio Grande do Norte	34,6	67,9	35,3	43,3

6. Comparações do triênio - IDJus 2010, IDJus 2011 e IDJus 2012

A partir desta terceira edição do IDJus tornou-se possível realizar comparações do desempenho dos tribunais com base na série histórica relativa aos IDJus anos-base 2010, 2011 e 2012⁵. Por certo, estas primeiras comparações ainda não permitem extrair análises amplas e conclusivas acerca das tendências de evolução do desempenho da justiça. Contudo, abre-se caminho para reflexões iniciais sobre os principais desafios da gestão judicial no Brasil.

Também há que se enfatizar que, embora o IDJus tenha avançado na proposta de novos indicadores para o Poder Judiciário (como, por exemplo, Taxas de Igualdade Processual, Produtividade Média e Custo Médio do Processo) ele permite apenas a extração de conclusões de caráter mais generalista uma vez que, os dados do Justiça em Números, fonte primária das suas informações, são dados globais, que impossibilitam a realização de análises pormenorizadas, como por exemplo, dos tempos médios de duração dos processos ou da quantidade de processos cíveis e criminais.

Além da necessidade de se obter dados mais detalhados, no caminho para a excelência na produção e análise de informações no Poder Judiciário primeiramente é necessário passar pela correta disponibilização de informações pelos tribunais, preferencialmente que essas informações sejam extraídas automaticamente dos sistemas. Concomitantemente ao integral repasse de dados para as bases nacionais, é necessário avançar no monitoramento da consistência desses dados, uma vez que exercícios estatísticos apontam para inconsistências em casos pontuais. Somente a partir da adequada disponibilização de dados confiáveis será possível dotar os gestores de informações precisas para a tomada de decisão, bem como a academia poderá se debruçar com maior profundidade sobre relações de causa e efeito sobre os problemas que mais afligem a prestação jurisdicional no Brasil.

Apesar dos desafios e limitações descritos acima, interessantes observações e hipóteses sobre determinados aspectos do desempenho judicial já podem ser feitas a partir da compilação de dados pelo IDJus para o período 2010-2012, tanto no âmbito nacional (IDJus Brasil), quanto no âmbito da Justiça Federal, Estadual e do Trabalho. Os principais resultados e reflexões são apresentados a seguir.

⁵ Os dados estatísticos do relatório "Justiça em Números" relativos ao ano-base 2013 somente estarão completamente compilados e disponibilizados no segundo semestre de 2014.

IDJus BRASIL

Pode-se dizer que o IDJus Brasil é o índice “guarda-chuva” que agrega os índices da Justiça Federal, Estadual e do Trabalho e permite uma visão global do desempenho da Justiça no País. É alvissareiro constatar que o desempenho da Justiça brasileira apresentou ligeiro avanço ao longo do triênio avaliado (anos-base 2010, 2011 e 2012), com o IDJus Brasil passando de **52,0** (em 2010) para **53,9** (em 2012). Ainda que o índice revele que há espaço para consideráveis ganhos de desempenho e que o progresso observado tenha sido relativamente modesto, é positivo verificar que houve avanço na gestão de processos nos tribunais (que passou de 43,4 em 2010 para 47,3 para 2012). Em contrapartida, a gestão orçamentária apresentou certa estabilidade ao longo do triênio (passando de 45,9 em 2010 para 46,2 em 2012) enquanto que a gestão de recursos apresentou pequeno decréscimo (passando de 75,1 em 2010 para 74,6 em 2012).

Em relação aos temas analisados, merece destaque o avanço na **produtividade** que saltou de **36,0** (em 2010) para **41,6** (em 2012). Tal progresso pode ser atribuído às iniciativas de planejamento estratégico que foram coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir de 2009 (por meio do estabelecimento de metas anuais com vistas a tornar o Judiciário brasileiro menos moroso).⁶ A produtividade dos magistrados aumentou 14,3% e a dos servidores cresceu 12,8% ao longo do triênio.

No outro pilar da gestão de processos, os componentes relativos à litigiosidade também apresentaram números bastante positivos em todos os indicadores que a compõe. Ao longo do triênio, o Índice de Atraso caiu 7,66%, a Taxa de Congestionamento caiu 2,8% e a Taxa de Atendimento da Demanda cresceu 1,7%.

Os bons resultados nos indicadores acima foram em parte relativizados por desempenhos negativos nas outras dimensões que compõem o IDJus. Apesar do pequeno decréscimo (-0,8%) no triênio, o percentual da despesa dos tribunais com pessoal tem se mantido em um patamar extremamente elevado (ao redor de 90%), o que deixa pequena margem orçamentária para investimentos dos tribunais em outras áreas de interesse da administração judiciária.

⁶ A meta n. 2 de 2009 do CNJ consistiu na identificação e julgamento de todos os processos judiciais distribuídos até 31/12/2005.

O percentual de cargos de magistrado ocupados também caiu 6,6% e o de servidores efetivos caiu 1,8%, o que alerta para a necessidade de aperfeiçoamentos na gestão de recursos humanos no Judiciário. Se, em 2010, 84,8% dos cargos de magistrado encontravam-se preenchidos, em 2012 esse percentual caiu para 79,2%. Outra distorção apontada pelo IDJus é o agravamento da tendência em se alocar mais magistrados e servidores no segundo grau do que na primeira instância. A “Taxa de Igualdade Processual por Servidor” e a “Taxa de Igualdade Processual por Magistrado” (indicadores relativos à comparação da carga de trabalho nas duas instâncias) apresentaram quedas respectivas de -9,8% e -3,7% ao longo do triênio, o que reforça a necessidade de políticas de fortalecimento e priorização da primeira instância, já iniciadas pelo CNJ.

No que tange à tecnologia, houve sutil incremento na Justiça brasileira no que tange ao porte baseado em tecnologia (que, entre outros aspectos, avalia a idade média de microcomputadores, impressoras e scanners) e no que diz respeito ao porte baseado em automação (que, entre outros aspectos, avalia a quantidade geral de microcomputadores e a disponibilização de informações processuais pela internet). Esses indicadores apresentaram crescimento de 4,7% e 1,4%, respectivamente.

Tabela 18 – IDJus Brasil: Evolução 2010 a 2012

Temas, Dimensões e IDJus	IDJus 2010	IDJus 2011	IDJus 2012	Varição (em p.p.) 2010 a 2012
Despesas	43,9	43,3	43,9	0,1
Receitas	48,0	48,9	48,5	0,5
RH	77,1	76,7	74,2	-2,9
Tecnologia	73,1	73,1	74,9	1,8
Litigiosidade	50,8	50,8	53,0	2,3
Produtividade	36,0	38,6	41,6	5,6
Gestão Orçamentária	45,9	46,1	46,2	0,3
Gestão de Recursos	75,1	74,9	74,5	-0,6
Gestão de Processos	43,4	44,7	47,3	3,9
IDJus	52,0	52,6	53,9	1,9

JUSTIÇA FEDERAL

O IDJus da Justiça Federal apresentou um aumento relevante no triênio relativo aos anos-base 2010, 2011 e 2012, apresentando um aumento de 4,2

pontos, passando de **56,7** para **60,9**. Dentre os três ramos da Justiça, a Justiça Federal foi a que alcançou o melhor desempenho, muito provavelmente porque foi a esfera que apresentou alguns dos melhores indicadores relativos à gestão de processos. Cabe destacar o significativo aumento da produtividade na Justiça Federal no último triênio: crescimento de cerca de 23% na produtividade dos magistrados e servidores (o maior incremento verificado nesse aspecto). Enquanto os outros ramos (Justiça do Trabalho e Justiça Estadual) apresentaram decréscimo no percentual da Taxa de Atendimento da Demanda, a Justiça Federal apresentou crescimento de 11,3% no triênio nesse indicador.

Apesar do incremento no desempenho da gestão orçamentária, que passou de **52,6** para **54,1**, as dimensões relativas à gestão de recursos apresentaram queda de rendimento (passando de **78,4** para **75,8**). O baixo rendimento em relação à gestão de recursos pode ser atribuído ao baixo desempenho nos seguintes indicadores ao longo do mesmo triênio avaliado: “percentual de cargos de Magistrado ocupados” (queda de 12,8%); “percentual de servidores da área judiciária” (queda de 13,8%) e “taxa de igualdade processual por Magistrado” (queda de 6%). Questões de alocação de cargos (e de distribuição entre 1ª e 2ª instâncias) precisam, portanto, receber maior atenção no âmbito da Justiça Federal.

Em relação a indicadores individualizados, ganhos de desempenho também puderam ser observados em áreas importantes no triênio analisado, sobretudo no que tange à taxa de congestionamento (descréscimo de 4,7%), ao Índice de Atraso (redução de 8,9%) e ao custo médio do processo (queda de 4,1%).

Ao longo dos três anos avaliados, coube verificar que o tribunal mais bem colocado foi o **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**, apresentando, ao final do período (ano-base 2012), um IDJus de **69,4**. Em segundo lugar ficou o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com um IDJus de **58,6**. Ao longo do triênio, cumpre destacar o grande progresso apresentado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que passou de 47,0 (ano-base 2010) para 57,2 (ano-base 2012), em um significativo aumento de 10,2 pontos no índice em três anos.

Gestão de processos: Na gestão processual, todos os Tribunais Regionais Federais apresentaram, na média, bons ganhos de desempenho, com destaque para o progresso do TRF da 1ª Região, que avançou 23,8 pontos nessa dimensão no triênio. Cabe destacar o aumento da produtividade média dos magistrados desse Tribunal em 36,7% no período avaliado e dos servidores em expressivos 136,2%, levando uma redução no Índice de Atraso em 16%. O TRF da 4ª Região, contudo, tem apresentado certa estagnação na taxa de

congestionamento (em torno de 65% nos últimos três anos), com leves quedas na produtividade de servidores (-2,4%) e magistrados (-0,4%).

Gestão orçamentária: Nessa dimensão, os Tribunais Regionais Federais apresentaram desempenho irregular. Os Tribunais Regionais Federais da 2ª, da 4ª e da 5ª Região apresentaram pequenos avanços, enquanto os Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 3ª Região apresentaram quedas no desempenho, com destaque para o TRF da 1ª Região, que caiu de **32,5** (ano-base 2010) para **24,7** (ano-base 2012) em virtude de baixo desempenho nos itens relativos às arrecadações. O TRF da 1ª Região e o TRF da 5ª Região apresentaram queda no custo médio do processo (-26% e -11,0%, respectivamente) enquanto que TRF da 2ª e da 3ª Região apresentaram moderados aumentos de 7% e 2,5% nesse indicador. O TRF da 4ª Região apresentou considerável aumento de 20,8% no custo médio do processo, mas, paralelamente, revelou um aumento de 78% na arrecadação média processual (o TRF da 2ª Região apresentou um incremento de 60% nesse indicador no mesmo período).

Gestão de Recursos: Na média dos cinco Tribunais Regionais Federais, a gestão de recursos apresenta pequenas variações no triênio analisado, cabendo particularmente atentar para a queda no desempenho do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que caiu de **78,4** (ano-base 2010) para **71,8** (ano-base 2012), muito possivelmente porque foi o único Tribunal que apresentou queda de desempenho no tema “tecnologia” ao longo do período (caiu 9 pontos nesse quesito). A gestão da carga de trabalho entre primeira e segunda instâncias, distorção também presente em outros ramos da Justiça, também pode ser observada no âmbito da Justiça Federal. Ao longo do triênio, no TRF da 2ª Região e no TRF da 3ª Região a taxa de igualdade processual por magistrado caiu, respectivamente, 20% e 27,6%. No que diz respeito à taxa de igualdade por servidor, cabe atentar para o caso do TRF da 1ª Região que apresentou uma queda de 60,9%, sinalizando forte sobrecarga de trabalho no âmbito do primeiro grau de jurisdição.

Tabela 19 – IDJus Justiça Federal: Evolução 2010 a 2012

Temas, Dimensões e IDJus	IDJus 2010	IDJus 2011	IDJus 2012	Varição (em p.p.) 2010 a 2012
Despesas	44,6	44,2	46,3	1,7
Receitas	60,7	63,6	62,0	1,3
RH	77,8	79,0	71,6	-6,1
Tecnologia	79,0	79,0	79,9	1,0
Litigiosidade	49,1	48,5	55,0	5,9
Produtividade	46,6	51,2	58,7	12,0
Gestão Orçamentária	52,6	53,9	54,1	1,5
Gestão de Recursos	78,4	79,0	75,8	-2,6
Gestão de Processos	47,9	49,9	56,9	9,0
IDJus	56,7	58,2	60,9	4,2

JUSTIÇA DO TRABALHO

O IDJus da Justiça do Trabalho revela que esse ramo do Poder Judiciário brasileiro apresentou sutil elevação em termos de ganhos de desempenho no triênio relativo aos anos-base 2010, 2011 e 2012 (aumento de apenas 0,8 pontos, passando de 50,4 para 51,2). Cabe pontuar, contudo, que dentre as três esferas da Justiça, a Justiça do Trabalho é a que apresenta maior uniformidade de desempenho entre os tribunais, de modo que não existem grandes discrepâncias entre os tribunais com maior e menor pontuação no IDJus (nos últimos dois anos avaliados, a diferença ficou em torno de 10 pontos). Para efeito de comparação, na Justiça Estadual essa diferença costuma ser mais de 30 pontos.

A Justiça do Trabalho apresenta as menores taxas de congestionamento do Poder Judiciário (ao redor de 47%) chegando inclusive a apresentar queda de 2,4% no triênio analisado. Observa-se, contudo, que os baixos ganhos de produtividade de servidores e magistrados na Justiça do Trabalho (apenas cerca de 5% em três anos) podem comprometer no futuro a celeridade nos processos trabalhistas. A gestão orçamentária da Justiça do Trabalho é a que apresenta o desempenho mais baixo entre os três ramos da Justiça. O maior percentual de despesas com pessoal (ao redor de 93% da despesa total, apresentando sutil queda de 3,5% no período), o maior custo médio do processo (com crescimento de 2,4% no triênio) e a menor arrecadação em relação à despesa total (com queda de 10,2% no triênio) parecem constituir importantes gargalos nesse ramo do Judiciário.

Em relação a indicadores individualizados, a maior queda verificada no indicador “Índice de Atraso” nos ramos da Justiça (-9,9%) e bons indicadores na área de tecnologia da informação constituem importantes avanços da Justiça do Trabalho.

Ao longo dos três anos avaliados, cabe apontar o bom desempenho do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará e Amapá) e do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo) que em 2010 saíram respectivamente da quinta e da terceira colocação no ranking para alcançar, ao final do período (ano-base 2012), o empate na primeira colocação (com um IDJus de 54,5). Baixas taxas de congestionamento nesses tribunais certamente colaboraram bastante para o desempenho dessas cortes como um todo. Ao longo do triênio, cumpre destacar o grande progresso apresentado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, que passou de 36,6 (ano-base 2010) para 49,2 (ano-base 2012), em um significativo incremento de 12,6 pontos no IDJus em três anos.

Gestão de processos: Na gestão processual, os Tribunais Regionais do Trabalho apresentaram desempenhos bastante variados. Pode-se observar, contudo, que parcela significativa dos tribunais apresentou queda de rendimento nessa dimensão. A produtividade, em vários casos, encontra-se estagnada ou mesmo declinante. A título de exemplo, o TRT da 21ª Região (RN) apresentou uma queda de 30% no triênio avaliado, o que repercutiu na queda de 28% no Índice de Atraso. O TRT da 1ª Região (RJ) apresentou queda na produtividade de magistrados e servidores ao redor de 14% no triênio. Em contrapartida, o TRT da 13ª Região (PB) apresentou aumento de 80% na produtividade de magistrados, de modo que o Índice de Atraso nesse tribunal caiu quase na mesma proporção (-76,9%). Cabe constatar também situações como no caso do TRT da 18ª Região (GO) onde a produtividade dos servidores aumentou 46% no triênio enquanto a dos magistrados, por seu turno, caiu 22,8%.

Gestão orçamentária: Nessa dimensão, a maioria dos Tribunais Regionais do Trabalho apresentou desempenho insatisfatório. Em alguns tribunais o custo do processo tem aumentado vertiginosamente (caso do TRT da 14ª Região onde esse indicador aumentou 51,9% no triênio). Esse mesmo tribunal, contudo, o percentual do gasto com pessoal apresentou forte queda, de modo que essa corte é atualmente a que possui menor comprometimento do orçamento com recursos humanos.

Gestão de Recursos: No que tange à gestão de recursos humanos e tecnológicos, a Justiça do Trabalho tem apresentado sólido progresso nessas

duas áreas. No que diz respeito ao adequado preenchimento dos cargos de magistrados (média geral de 83%, mas vários Tribunais Regionais do Trabalho estão com mais de 90% das vagas preenchidas). Para efeito de comparação, na média geral da Justiça Federal menos de 80% das vagas encontravam-se preenchidas em 2012, sendo que, na Justiça Estadual está em torno de 75%. Expressivo avanço também tem sido verificado no que tange à governança e capacitação na área de tecnologia da informação (incremento médio da ordem de 20% nos tribunais). Problemas podem ser visualizados, contudo, no que tange aos indicadores de taxa de igualdade processual por servidores e magistrados, o que parece indicar uma inadequada distribuição de trabalho entre primeiro e segundo grau de jurisdição (com certa sobrecarga na primeira instância). No caso do TRT da 12ª Região, a taxa de igualdade processual por magistrado caiu 43,4% ao longo do triênio analisado (o TRT da 14ª Região e o TRT da 17ª Região apresentaram quedas de 33,6% e de 21%, respectivamente, nesse indicador). O TRT da 5ª Região, contudo, parece estar tentando minimizar essa distorção ao longo do período avaliado (incremento de 41% na taxa de igualdade processual por servidor e incremento de 24% na taxa de igualdade processual por magistrado).

Tabela 20 – IDJus Justiça do Trabalho: Evolução 2010 a 2012

Temas, Dimensões e IDJus	IDJus 2010	IDJus 2011	IDJus 2012	Varição (em p.p.) 2010 a 2012
Despesas	28,5	30,1	32,7	4,2
Receitas	43,5	42,3	42,6	-0,9
RH	78,0	76,5	76,3	-1,7
Tecnologia	70,5	70,5	72,3	1,8
Litigiosidade	64,1	64,2	63,9	-0,3
Produtividade	27,2	28,3	28,8	1,6
Gestão Orçamentária	36,0	36,2	37,6	1,6
Gestão de Recursos	74,3	73,5	74,3	0,0
Gestão de Processos	45,7	46,2	46,4	0,7
IDJus	50,4	50,5	51,2	0,8

JUSTIÇA ESTADUAL

O IDJus da Justiça Estadual ao longo do período examinado (2010-2012) apresentou um ligeiro crescimento, passando de 48,8 para 49,5. Cabe ressaltar que se trata do ramo do Judiciário com maior volume de processos (52,7

milhões de processos tramitados em 2012)⁷ e, por causa disso, o que mais impacta na imagem do Poder Judiciário perante a sociedade, principalmente em relação à morosidade da Justiça. Nesse aspecto, cumpre mencionar que a taxa de congestionamento tem-se mantido relativamente constante (com pequeno decréscimo de 1,4% ao final do triênio analisado), mesmo apesar de moderados ganhos na produtividade de magistrados e servidores observados no mesmo período (8,9% e 6,5%, respectivamente). Conclui-se que os tribunais estaduais não conseguem baixar e sentenciar, proporcionalmente, nos mesmos patamares da produtividade, o que levou a uma queda no indicador “taxa de atendimento da demanda” na ordem de 2,1%. Por óbvio, ainda há muito no que se avançar no que diz respeito ao aprimoramento da gestão judiciária dos tribunais de justiça estaduais (principalmente na gestão orçamentária, que apresentou decréscimo de 2,3% no triênio), mas, paralelamente, há que se fomentar a adoção de filtros pré-processuais que garantam a sustentabilidade dos serviços Judiciários da Justiça comum no médio e longo prazos. Prioritariamente, esforços precisam ser envidados em relação ao estímulo de soluções conciliatórias, bem como a altíssima taxa de congestionamento nos processos de execução fiscal (89% em 2012) merece ser objeto de atenção especial das políticas judiciárias.

Em relação a indicadores individualizados, destaca-se o fato de que, dentre quatro cargos de magistrado na Justiça Estadual, um desses cargos tem permanecido constantemente vago, com base na tendência verificada nos últimos três anos. Também se trata de um ramo do Judiciário que, em termos de força de trabalho, ainda encontra dificuldade para compor seu quadro de servidores efetivos (em 2012, 58,4% dos servidores eram efetivos, o que inclusive representou um decréscimo de 6,7% em relação à participação existente 2010). Tais distorções sinalizam a necessidade de aprimoramento das políticas de seleção, recrutamento e gerenciamento de recursos humanos no Judiciário.

Gestão de processos: Em virtude da heterogeneidade que caracteriza o grande mosaico da Justiça Estadual no Brasil, os mais variados desempenhos em termos de gestão de processos foram encontrados. Cumpre destacar o TJCE que, em três anos, apresentou robustos incrementos de produtividade de magistrados (+73,2%) e de servidores (+58,7%) que culminou em uma queda de 12,5% na taxa de congestionamento dessa corte. Por outro lado, no TJRR houve acentuada queda de produtividade de magistrados (-29,8%) e de servidores (-21,1%), o que certamente teve impacto sobre o aumento da taxa de

⁷ De acordo com o Relatório Justiça em Números 2013. Para efeito de comparação, na Justiça do Trabalho, em 2012, tramitaram 3,2 milhões de processos e, na Justiça Federal, 7,3 milhões.



congestionamento desse tribunal em 32,4%. Já em relação ao TJAM, que saltou 11 posições no ranking do IDJus entre 2010 e 2012, apresentou importantes ganhos de produtividade em relação a magistrados (+69,6%) e de servidores (+59%), o que impactou de maneira bastante positiva sobre os indicadores relativos ao Índice de Atraso (redução de 17,5%) e Taxa de Atendimento da Demanda (aumento de 11,6% no período).

Gestão orçamentária: Um perfil também bastante diversificado em termos de gestão orçamentária pode ser visualizado por meio dos resultados do IDJus. Um problema que demanda especial atenção é o aumento, verificado entre 2010 e 2012, do custo médio do processo em vários tribunais: +85,2% no TJRR; +73,4% no TJBA; + 56% no TJPE. Alguns tribunais, contudo, tem apresentado bom desempenho nessa dimensão e pode-se tomar como exemplo o caso do TJMA que conseguiu reduzir o custo médio do processo em 31,5% e, no indicador relativo à despesa em recursos humanos sobre a despesa total, esse tribunal ostenta hoje o menor percentual do país na Justiça Estadual. Em contrapartida, o TJPI atualmente apresenta a maior despesa em recursos humanos (99,5% da despesa total do tribunal) e o maior custo médio do processo (R\$ 4.768,98).

Gestão de recursos: No que tange à gestão de recursos humanos, cabe pontuar bons resultados do TJBA em relação ao percentual de servidores efetivos em relação ao total de servidores (76% em 2012). Em relação à Taxa de Igualdade Processual por Servidor, indicador que demonstra o equilíbrio entre carga de trabalho no primeiro e no segundo grau de jurisdição, a corte que alcançou o melhor desempenho foi o TJSE. Em relação ao percentual de cargos de magistrado ocupados, cabe mencionar o caso do TJGO que, alcançou em 2012 o preenchimento de 100% das vagas. No que concerne aos recursos tecnológicos e investimentos em tecnologia da informação, ao final do triênio cumpre destacar o desempenho do TJAC, do TJRJ e TJAM, os quais conseguiram as pontuações máximas desse índice.

Tabela 21 – IDJus Justiça Estadual: Evolução 2010 a 2012

Temas, Dimensões e IDJus	IDJus 2010	IDJus 2011	IDJus 2012	Varição (em p.p.) 2010 a 2012
Despesas	58,6	55,7	52,8	-5,8
Receitas	39,7	40,8	40,9	1,1
RH	75,5	74,8	74,5	-1,0
Tecnologia	69,8	69,8	72,5	2,6
Litigiosidade	39,1	39,7	40,2	1,1
Produtividade	34,2	36,4	37,4	3,1
Gestão Orçamentária	49,1	48,3	46,8	-2,3
Gestão de Recursos	72,7	72,3	73,5	0,8
Gestão de Processos	36,7	38,1	38,8	2,1
IDJus	48,8	49,2	49,5	0,7

Comentário geral sobre a série histórica IDJus

Apesar do breve intervalo de tempo transcorrido para esta primeira análise comparativa, é importante ressaltar a grande diversidade de resultados verificada entre os tribunais e entre os ramos da Justiça, o que corrobora o perfil diversificado e dinâmico dos desafios que envolvem a gestão judiciária no Brasil. O equilíbrio entre as dimensões gestão orçamentária, gestão de recursos e gestão de processos parece envolver complexos arranjos de engenharia institucional que implicam a necessidade de monitoramento contínuo da qualidade da gestão nos tribunais em cada uma dessas áreas.

Os dados dessa primeira comparação parecem apontar que, mesmo tendo apresentado um desempenho satisfatório em determinada dimensão em um ano específico, cada tribunal deve envidar esforços contínuos para alcançar a sustentabilidade desse bom desempenho, até mesmo no curto prazo, sob pena de enfrentar quedas indesejáveis em áreas que até então estavam evoluindo bem ou mesmo apresentar desempenhos erráticos em curto intervalo de tempo. Desse modo, avanços alcançados em determinado ano não se garantem, por si sós, no ano seguinte.

Também é possível observar, preliminarmente, que déficits de gestão verificados em um tribunal e em determinada dimensão não necessariamente se repetem da mesma maneira em outros tribunais e tampouco podem ser atribuídas às mesmas relações de causa e efeito, o que demonstra que esforços para a melhoria do desempenho judicial devem ser focados e adequados ao



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

contexto de cada tribunal, de acordo com as especificidades locais e institucionais.



7. Apêndice Estatístico

Nesta seção serão apresentados os resultados do IDJus de cada tribunal da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, seus respectivos consolidados (por justiça) e Brasil. Estão desagregados por indicador, tema e dimensão, e em ordem alfanumérica.

7.1 Cálculo do IDJus₂₀₁₂ por Tribunal

7.1.1 Brasil

IDJus Brasil

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,24%	27,6	Despesas	43,9	Gestão Orçamentária	46,2	53,9
Custo médio do Processo	R\$ 2.212,68	60,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	63,08%	18,2	Receitas	48,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.260,92	78,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	79,26%	69,0	Recursos Humanos	74,2	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	65,55%	65,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	74,95%	74,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,50	64,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,13	86,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	2,01	85,7					
Porte baseado em Tecnologia	16,73%	83,6	Tecnologia	74,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	10,13%	50,7					
Porte baseado em Automação	17,61%	88,0					
Porte baseado em Governança de TI	16,02%	80,1					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,41%	72,1	Litigiosidade	53,0	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	61,80%	38,2					
Índice de Atraso	1,88	63,5					
Taxa de Atendimento da Demanda	106,41%	57,5	Produtividade	41,6	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.683	48,2					
Produtividade Média por Servidor	160	35,1					

7.1.2 Justiça Estadual

i. Justiça Estadual

IDJus Justiça Estadual

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,88%	34,3	Despesas	52,8	Gestão Orçamentária	46,8	49,5
Custo médio do Processo	R\$ 1.627,80	71,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	34,82%	10,1	Receitas	40,9	Gestão Orçamentária Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 566,77	71,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	75,64%	63,5	Recursos Humanos	74,5	Gestão de Recursos Peso: 25%		
Percentual de Servidores Efetivos	58,41%	58,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	84,02%	83,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,38	55,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,34	87,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,88	98,8					
Porte baseado em Tecnologia	16,14%	80,7	Tecnologia	72,5	Gestão de Recursos Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	10,36%	51,8					
Porte baseado em Automação	16,48%	82,4					
Porte baseado em Governança de TI	15,73%	78,7					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,73%	68,7					
Taxa de Congestionamento	73,26%	26,7	Litigiosidade	40,2	Gestão de Processos	38,8	
Índice de Atraso	2,70	44,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	96,15%	49,6					
Produtividade Média por Magistrado	1.611	45,7	Produtividade	37,4	Gestão de Processos Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	132	29,0					

ii. TJ-Acre

IDJus TJ - Acre

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	80,76%	54,5	Despesas	61,3	Gestão Orçamentária	46,1	54,9
Custo médio do Processo	R\$ 1.751,45	68,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	10,20%	2,9	Receitas	30,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 178,65	58,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	33,17%	0,0	Recursos Humanos	60,3	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	66,46%	66,1					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	62,48%	62,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,29	47,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,27	86,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,95	99,8					
Porte baseado em Tecnologia	15,26%	76,3	Tecnologia	77,5	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	100,0					
Porte baseado em Automação	17,42%	87,1					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	8,75%	43,8	Litigiosidade	69,8	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	39,79%	60,2					
Índice de Atraso	0,74	90,2					
Taxa de Atendimento da Demanda	108,62%	59,2					
Produtividade Média por Magistrado	1.583	44,8					
Produtividade Média por Servidor	111	24,5	Produtividade	34,6	Peso: 50%	52,2	

iii. TJ-Alagoas

IDJus TJ - Alagoas

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,49%	15,6	Despesas	48,0	Gestão Orçamentária	39,3	48,1
Custo médio do Processo	R\$ 1.309,86	80,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	12,31%	3,6	Receitas	30,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 161,31	57,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	53,60%	30,6	Recursos Humanos	61,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	43,40%	42,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	82,75%	82,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,12	34,2					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,16	84,3					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,33	95,9					
Porte baseado em Tecnologia	17,82%	89,1	Tecnologia	71,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,27%	76,4					
Porte baseado em Governança de TI	17,12%	85,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,00%	75,0	Litigiosidade	48,5	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	68,37%	31,6					
Índice de Atraso	2,24	55,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	108,20%	58,9					
Produtividade Média por Magistrado	1.574	44,5					
Produtividade Média por Servidor	142	31,1	Produtividade	37,8	Peso: 50%	43,2	

iv. TJ-Amazonas

IDJus TJ - Amazonas

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,77%	14,8	Despesas	41,8	Gestão Orçamentária	38,0	50,0
Custo médio do Processo	R\$ 1.729,68	68,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	16,09%	4,6	Receitas	34,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 278,30	63,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	78,80%	68,3	Recursos Humanos	63,6	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	55,49%	55,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	65,41%	65,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,06	30,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,17	84,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,62	78,5	Tecnologia	76,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Tecnologia	16,67%	83,4					
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	20,00%	100,0					
Porte baseado em Governança de TI	18,92%	94,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,58%	72,9	Litigiosidade	41,4	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	73,10%	26,9					
Índice de Atraso	2,73	43,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	101,33%	53,6	Produtividade	50,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.743	50,3					
Produtividade Média por Servidor	231	50,7					

v. TJ-Amapá

IDJus TJ - Amapá

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,22%	19,2	Despesas	43,1	Gestão Orçamentária	29,3	52,2
Custo médio do Processo	R\$ 1.804,06	66,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	0,85%	0,2	Receitas	15,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 15,39	30,9					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	80,39%	70,7	Recursos Humanos	70,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	46,96%	46,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	72,71%	72,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,29	47,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,29	86,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,03	100,0					
Porte baseado em Tecnologia	15,51%	77,6	Tecnologia	66,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	17,42%	87,1					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	67,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,13%	65,7	Litigiosidade	82,8	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	27,55%	72,4					
Índice de Atraso	0,67	91,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	141,50%	84,3	Produtividade	28,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.230	32,7					
Produtividade Média por Servidor	108	23,8					

vi. TJ-Bahia

IDJus TJ- Bahia

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	97,96%	5,8	Despesas	29,1	Gestão Orçamentária	33,5	42,0
Custo médio do Processo	R\$ 2.549,66	52,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	19,38%	5,6	Receitas	37,9	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 494,24	70,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	78,85%	68,4	Recursos Humanos	85,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	76,06%	75,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	99,48%	99,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,70	80,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,54	91,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,76	97,2					
Porte baseado em Tecnologia	17,56%	87,8	Tecnologia	66,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	14,41%	72,1					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	67,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,79%	74,0	Litigiosidade	39,8	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	72,10%	27,9					
Índice de Atraso	2,38	51,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	83,14%	39,7	Produtividade	18,4	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	961	23,4					
Produtividade Média por Servidor	61	13,5					

vii. TJ-Ceará

IDJus TJ - Ceará

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,52%	26,9	Despesas	45,1	Gestão Orçamentária	39,4	49,8
Custo médio do Processo	R\$ 1.961,64	63,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	13,85%	4,0	Receitas	33,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 271,71	63,4					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	61,82%	42,9	Recursos Humanos	71,6	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	60,27%	59,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	83,41%	83,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,41	57,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,35	88,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,86	98,5					
Porte baseado em Tecnologia	15,13%	75,7	Tecnologia	77,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	15,27%	76,4					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,92%	89,6					
Taxa de Congestionamento	67,35%	32,6	Litigiosidade	52,3	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,24	55,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	121,81%	69,3					
Produtividade Média por Magistrado	1.276	34,2	Produtividade	32,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	142	31,2					

viii. TJ-Distrito Federal

IDJus TJ - Distrito Federal

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,67%	26,4	Despesas	30,1	Gestão Orçamentária	32,7	49,5
Custo médio do Processo	R\$ 3.971,64	33,8					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	10,05%	2,9	Receitas	35,3	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 398,96	67,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	64,34%	46,6	Recursos Humanos	70,3	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	64,30%	63,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	71,64%	71,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,38	54,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,63	93,3					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,66	91,5					
Porte baseado em Tecnologia	16,28%	81,4	Tecnologia	86,5	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	100,0					
Porte baseado em Automação	20,00%	100,0					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	91,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,05%	60,3					
Taxa de Congestionamento	55,85%	44,2	Litigiosidade	59,7	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,34	76,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	108,31%	58,9					
Produtividade Média por Magistrado	1.310	35,4	Produtividade	27,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	84	18,6					

ix. TJ-Espírito Santo

IDJus TJ - Espírito Santo

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,61%	29,4	Despesas	45,3	Gestão Orçamentária	38,3	41,4
Custo médio do Processo	R\$ 2.067,35	61,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	9,49%	2,7	Receitas	31,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 196,11	59,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	74,85%	62,4	Recursos Humanos	67,2	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	59,03%	58,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	98,46%	98,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,09	32,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,34	87,8					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	3,71	63,9					
Porte baseado em Tecnologia	17,18%	85,9	Tecnologia	66,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	17,42%	87,1					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	10,83%	54,2	Litigiosidade	40,9	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	72,43%	27,6					
Índice de Atraso	2,56	47,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	93,45%	47,6	Produtividade	19,3	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	858	19,9					
Produtividade Média por Servidor	86	18,8					

x. TJ-Goiás

IDJus TJ- Goiás

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	84,32%	44,4	Despesas	57,6	Gestão Orçamentária	48,0	48,1
Custo médio do Processo	R\$ 1.648,68	70,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	27,13%	7,8	Receitas	38,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 447,36	69,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	100,00%	100,0	Recursos Humanos	74,6	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	51,05%	50,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	79,85%	79,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,23	43,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,52	91,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,26	83,4					
Porte baseado em Tecnologia	15,38%	76,9	Tecnologia	68,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,27%	76,4					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	16,46%	82,3	Litigiosidade	49,5	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	68,10%	31,9					
Índice de Atraso	2,24	55,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	111,76%	61,6	Produtividade	23,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	870	20,3					
Produtividade Média por Servidor	119	26,2					

xi. TJ-Maranhão

IDJus TJ- Maranhão

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	78,23%	61,7	Despesas	58,1	Gestão Orçamentária	46,1	48,2
Custo médio do Processo	R\$ 2.422,79	54,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	12,45%	3,6	Receitas	34,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 301,57	64,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	65,63%	48,6	Recursos Humanos	70,0	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	59,42%	59,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	76,08%	75,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,32	50,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,38	88,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,20	97,7					
Porte baseado em Tecnologia	15,77%	78,9	Tecnologia	68,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	17,42%	87,1					
Porte baseado em Governança de TI	17,12%	85,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	11,67%	58,4	Litigiosidade	56,6	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	60,77%	39,2					
Índice de Atraso	1,66	68,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	112,33%	62,0	Produtividade	20,8	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.049	26,4					
Produtividade Média por Servidor	69	15,1					

xii. TJ-Minas Gerais

IDJus TJ- Minas Gerais

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,85%	17,4	Despesas	40,0	Gestão Orçamentária	42,5	48,2
Custo médio do Processo	R\$ 2.003,03	62,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	45,07%	13,0	Receitas	45,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 902,82	77,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	60,12%	40,3	Recursos Humanos	75,1	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	51,26%	50,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	88,32%	88,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,70	80,2					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,59	92,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,85	98,5					
Porte baseado em Tecnologia	14,74%	73,7	Tecnologia	69,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	16,56%	82,8					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	79,2					
Taxa de Congestionamento	70,39%	29,6	Litigiosidade	42,8	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,25	54,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	88,83%	44,0					
Produtividade Média por Magistrado	1.603	45,4	Produtividade	35,4	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	116	25,4					

xiii. TJ-Mato Grosso do Sul

IDJus TJ - Mato Grosso do Sul

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	85,22%	41,9	Despesas	64,1	Gestão Orçamentária	51,3	58,4
Custo médio do Processo	R\$ 1.134,08	86,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	33,60%	9,7	Receitas	38,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 381,10	67,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	97,03%	95,6	Recursos Humanos	80,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	65,78%	65,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	70,43%	70,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,46	61,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,52	91,3					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,13	98,7					
Porte baseado em Tecnologia	14,36%	71,8	Tecnologia	66,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	17,42%	87,1					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	60,4	Litigiosidade	67,6	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	51,21%	48,8					
Índice de Atraso	1,29	77,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	131,44%	76,6					
Produtividade Média por Magistrado	1.535	43,1					
Produtividade Média por Servidor	177	38,9	Produtividade	41,0	Peso: 50%	54,3	

xiv. TJ-Mato Grosso

IDJus TJ - Mato Grosso

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	85,26%	41,8	Despesas	42,6	Gestão Orçamentária	40,9	41,5
Custo médio do Processo	R\$ 3.157,00	43,5					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	19,86%	5,7	Receitas	39,3	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 626,85	72,9					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	98,16%	97,2	Recursos Humanos	81,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	55,28%	54,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	69,68%	69,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,77	86,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,35	87,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,45	93,0					
Porte baseado em Tecnologia	16,79%	84,0	Tecnologia	81,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	15,27%	76,4					
Porte baseado em Governança de TI	18,02%	90,1					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,92%	89,6	Litigiosidade	23,9	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	80,69%	19,3					
Índice de Atraso	3,92	15,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	79,26%	36,7	Produtividade	19,6	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	900	21,3					
Produtividade Média por Servidor	81	17,9					

xv. TJ-Pará

IDJus TJ - Pará

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	84,75%	43,2	Despesas	55,2	Gestão Orçamentária	44,8	48,7
Custo médio do Processo	R\$ 1.789,67	67,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	16,14%	4,7	Receitas	34,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 288,92	64,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	95,59%	93,4	Recursos Humanos	73,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	57,08%	56,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,07%	77,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,15	37,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,29	86,8					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,88	88,6					
Porte baseado em Tecnologia	16,41%	82,1	Tecnologia	64,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	14,41%	72,1					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	67,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,13%	65,7	Litigiosidade	54,1	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	63,56%	36,4					
Índice de Atraso	1,85	64,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	112,15%	61,9	Produtividade	27,3	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.061	26,9					
Produtividade Média por Servidor	126	27,6					

xvi. TJ-Paraíba

IDJus TJ - Paraíba

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,48%	29,8	Despesas	47,1	Gestão Orçamentária	39,3	42,7
Custo médio do Processo	R\$ 1.918,23	64,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	10,64%	3,1	Receitas	31,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 204,04	60,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	78,50%	67,8	Recursos Humanos	74,3	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	67,27%	66,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	70,88%	70,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,38	55,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,59	92,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,56	92,8					
Porte baseado em Tecnologia	16,15%	80,8	Tecnologia	71,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	16,56%	82,8					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,08%	85,4	Litigiosidade	38,7	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	72,52%	27,5					
Índice de Atraso	2,38	51,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	79,27%	36,7	Produtividade	19,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	909	21,6					
Produtividade Média por Servidor	83	18,1					

xvii. TJ-Pernambuco

IDJus TJ - Pernambuco

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	86,75%	37,5	Despesas	50,8	Gestão Orçamentária	45,0	40,5
Custo médio do Processo	R\$ 1.927,20	64,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	26,83%	7,7	Receitas	39,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 517,07	70,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	59,44%	39,3	Recursos Humanos	69,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	63,37%	63,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	82,92%	82,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,27	46,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,25	86,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,95	99,8					
Porte baseado em Tecnologia	16,15%	80,8	Tecnologia	83,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	100,0					
Porte baseado em Automação	15,27%	76,4					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	79,2					
Taxa de Congestionamento	82,64%	17,4	Litigiosidade	19,2	Gestão de Processos	20,3	
Índice de Atraso	4,55	1,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	82,50%	39,2	Produtividade	21,3	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.029	25,7					
Produtividade Média por Servidor	77	16,8					

xviii. TJ-Piauí

IDJus TJ - Piauí

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	99,85%	0,4	Despesas	13,3	Gestão Orçamentária	27,6	28,1
Custo médio do Processo	R\$ 4.768,98	26,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	20,35%	5,9	Receitas	41,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 970,33	77,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	52,49%	28,9	Recursos Humanos	39,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	1,00%	0,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	1,00%	0,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,00	24,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,13	98,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,00	86,9					
Porte baseado em Tecnologia	16,15%	80,8	Tecnologia	60,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	14,41%	72,1					
Porte baseado em Governança de TI	8,11%	40,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	77,1	Litigiosidade	32,3	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	75,75%	24,3					
Índice de Atraso	2,57	47,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	64,36%	25,3					
Produtividade Média por Magistrado	413	4,6					
Produtividade Média por Servidor	0	0,0	Produtividade	2,3	Peso: 50%	17,3	

xix. TJ-Paraná

IDJus TJ- Paraná

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	78,77%	60,1	Despesas	71,5	Gestão Orçamentária	52,2	53,3
Custo médio do Processo	R\$ 1.233,71	82,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	17,24%	5,0	Receitas	32,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 212,70	60,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	100,00%	100,0	Recursos Humanos	74,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	41,96%	41,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	95,40%	95,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,12	34,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,23	85,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,82	89,4					
Porte baseado em Tecnologia	18,85%	94,3	Tecnologia	69,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	14,41%	72,1					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,13%	65,7	Litigiosidade	48,2	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	69,01%	31,0					
Índice de Atraso	2,32	53,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	110,04%	60,3					
Produtividade Média por Magistrado	1.366	37,3					
Produtividade Média por Servidor	204	44,9	Produtividade	41,1	Peso: 50%	44,6	

xx. TJ-Rio de Janeiro

IDJus TJ - Rio de Janeiro

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	79,39%	58,4	Despesas	67,7	Gestão Orçamentária	57,9	58,0
Custo médio do Processo	R\$ 1.421,51	76,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	65,97%	19,0	Receitas	48,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 937,71	77,4					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	76,93%	65,5	Recursos Humanos	71,2	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	54,95%	54,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	88,19%	88,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,23	43,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,10	83,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,45	93,0					
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	86,6	Tecnologia	86,5	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	20,00%	100,0					
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	100,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	79,2					
Taxa de Congestionamento	77,95%	22,0	Litigiosidade	31,4	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	3,42	27,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	89,77%	44,7			Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	2.919	90,6	Produtividade	63,8			
Produtividade Média por Servidor	168	36,9					

xxi. TJ-Rio Grande do Norte

IDJus TJ - Rio Grande do Norte

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,39%	24,4	Despesas	39,6	Gestão Orçamentária	36,8	48,7
Custo médio do Processo	R\$ 2.410,20	54,8					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	12,39%	3,6	Receitas	34,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 298,65	64,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	59,65%	39,6	Recursos Humanos	72,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	50,19%	49,7					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	83,65%	83,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,57	70,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,79	96,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,38	95,2					
Porte baseado em Tecnologia	12,56%	62,8	Tecnologia	69,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	17,42%	87,1					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,08%	85,4	Litigiosidade	59,8	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	57,53%	42,5					
Índice de Atraso	1,49	72,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	115,45%	64,4	Produtividade	26,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.217	32,2					
Produtividade Média por Servidor	98	21,6					
						43,4	

xxii. TJ-Rondônia

IDJus TJ - Rondônia

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,46%	27,0	Despesas	47,1	Gestão Orçamentária	42,7	54,0
Custo médio do Processo	R\$ 1.793,39	67,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	25,17%	7,3	Receitas	38,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 451,39	69,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	76,00%	64,1	Recursos Humanos	76,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	67,44%	67,1					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	75,80%	75,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,52	65,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,45	89,8					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,86	98,6					
Porte baseado em Tecnologia	16,03%	80,2	Tecnologia	75,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	17,42%	87,1					
Porte baseado em Governança de TI	18,02%	90,1					
Taxa de Congestionamento	51,10%	48,9	Litigiosidade	63,1	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,13	81,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	108,76%	59,3	Produtividade	34,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.504	42,1					
Produtividade Média por Servidor	118	25,9					

xxiii. TJ-Roraima

IDJus TJ - Roraima

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	79,65%	57,6	Despesas	43,6	Gestão Orçamentária	35,2	34,4
Custo médio do Processo	R\$ 4.395,61	29,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	2,46%	0,7	Receitas	26,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 108,06	53,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	85,45%	78,2	Recursos Humanos	66,9	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	55,27%	54,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	63,97%	63,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,09	32,2					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,18	84,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,95	87,6					
Porte baseado em Tecnologia	15,90%	79,5	Tecnologia	71,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	12,26%	61,3					
Porte baseado em Governança de TI	18,02%	90,1					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	60,4	Litigiosidade	20,2	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	83,10%	16,9					
Índice de Atraso	2,72	43,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	31,31%	0,0	Produtividade	13,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	632	12,1					
Produtividade Média por Servidor	64	14,0					

xxiv. TJ-Rio Grande do Sul

IDJus TJ - Rio Grande do Sul

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	85,37%	41,4	Despesas	63,8	Gestão Orçamentária	51,5	60,4
Custo médio do Processo	R\$ 1.140,38	86,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	35,76%	10,3	Receitas	39,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 407,75	68,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	75,44%	63,2	Recursos Humanos	79,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	44,26%	43,7					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	88,05%	87,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,85	92,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,67	94,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,79	97,6					
Porte baseado em Tecnologia	16,67%	83,4	Tecnologia	68,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	16,56%	82,8					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,13%	65,7					
Taxa de Congestionamento	59,95%	40,1	Litigiosidade	54,1	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,44	73,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	94,50%	48,4					
Produtividade Média por Magistrado	2.313	69,8	Produtividade	62,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	248	54,4					

xxv. TJ-Santa Catarina

IDJus TJ- Santa Catarina

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,34%	27,4	Despesas	52,7	Gestão Orçamentária	45,7	51,9
Custo médio do Processo	R\$ 1.386,62	78,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	31,04%	9,0	Receitas	38,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 430,46	68,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	74,66%	62,1	Recursos Humanos	71,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	50,20%	49,7					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	77,00%	76,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,43	58,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,25	86,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,59	94,9					
Porte baseado em Tecnologia	16,41%	82,1	Tecnologia	84,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	100,0					
Porte baseado em Automação	17,42%	87,1					
Porte baseado em Governança de TI	18,02%	90,1					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,29%	61,5					
Taxa de Congestionamento	72,41%	27,6	Litigiosidade	41,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,59	46,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	96,80%	50,1			Peso: 50%	42,0	
Produtividade Média por Magistrado	1.823	53,0	Produtividade	42,4			
Produtividade Média por Servidor	145	31,8					

xxvi. TJ-Sergipe

IDJus TJ - Sergipe

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,58%	29,5	Despesas	51,4	Gestão Orçamentária	39,0	52,6
Custo médio do Processo	R\$ 1.550,92	73,3		26,7			
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	6,17%	1,8	Recursos Humanos	87,3	Gestão de Recursos	83,0	
Arrecadação Média Processual	R\$ 95,62	51,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	98,73%	98,1	Tecnologia	78,7	Peso: 25%		
Percentual de Servidores Efetivos	61,50%	61,1					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	72,70%	72,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,87	93,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,92	99,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,07	99,5					
Porte baseado em Tecnologia	15,64%	78,2	Litigiosidade	56,4	Gestão de Processos	44,1	
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,13%	65,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	93,6					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,21%	76,1	Produtividade	31,9	Peso: 50%		
Taxa de Congestionamento	63,69%	36,3					
Índice de Atraso	1,95	61,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	123,89%	70,9					
Produtividade Média por Magistrado	1.493	41,7					
Produtividade Média por Servidor	101	22,2					

xxvii. TJ-São Paulo

IDJus TJ - São Paulo

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,53%	29,6	Despesas	54,6	Gestão Orçamentária	49,6	50,1
Custo médio do Processo	R\$ 1.336,28	79,5					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	52,58%	15,2	Receitas	44,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 702,67	74,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	74,70%	62,2	Recursos Humanos	76,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	66,91%	66,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	85,99%	85,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,48	62,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,28	86,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,59	94,8					
Porte baseado em Tecnologia	16,92%	84,6	Tecnologia	64,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	17,85%	89,3					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	67,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	9,79%	49,0					
Taxa de Congestionamento	78,16%	21,8	Litigiosidade	31,8	Gestão de Processos	40,0	
Índice de Atraso	3,52	25,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	94,48%	48,4					
Produtividade Média por Magistrado	2.172	65,0	Produtividade	48,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	143	31,5					

xxviii. TJ-Tocantins

IDJus TJ - Tocantins

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	78,82%	60,0	Despesas	54,7	Gestão Orçamentária	42,1	42,0
Custo médio do Processo	R\$ 2.732,80	49,5					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	5,79%	1,7	Receitas	29,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 158,22	57,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	87,07%	80,7	Recursos Humanos	71,1	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	51,49%	51,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	81,53%	81,3					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,17	38,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,32	87,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,92	87,9					
Porte baseado em Tecnologia	16,28%	81,4	Tecnologia	63,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	13,12%	65,6					
Porte baseado em Governança de TI	11,71%	58,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	8,75%	43,8	Litigiosidade	40,0	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	72,48%	27,5					
Índice de Atraso	2,50	49,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	87,98%	43,4					
Produtividade Média por Magistrado	866	20,2					
Produtividade Média por Servidor	81	17,7	Produtividade	18,9	Peso: 50%	29,5	

7.1.3 Justiça Federal

i. Justiça Federal

IDJus Justiça Federal

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,68%	26,4	Despesas	46,3	Gestão Orçamentária	54,1	60,9
Custo médio do Processo	R\$ 1.837,49	66,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	126,04%	36,4	Receitas	62,0	Gestão de Recursos Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 2.316,05	87,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	78,95%	68,5	Recursos Humanos	71,6	Gestão de Recursos Peso: 25%		
Percentual de Servidores Efetivos	64,95%	64,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	64,52%	64,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,76	85,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	2,33	74,8					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	3,07	72,5					
Porte baseado em Tecnologia	18,13%	90,6	Tecnologia	79,9	Gestão de Recursos Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	12,00%	60,0					
Porte baseado em Automação	19,31%	96,6					
Porte baseado em Governança de TI	15,64%	78,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,87%	74,3	Litigiosidade	55,0	Gestão de Processos Peso: 50%		
Taxa de Congestionamento	65,34%	34,7					
Índice de Atraso	2,09	58,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	125,04%	71,7	Produtividade	58,7	Gestão de Processos Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	2.272	68,4					
Produtividade Média por Servidor	223	48,9					

ii. TRF 1ª Região

IDJus TRF 1ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,43%	29,9	Despesas	49,4	Gestão Orçamentária	24,7	57,2
Custo médio do Processo	R\$ 1.724,44	68,8					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	0,00%	0,0	Receitas	0,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1,00	0,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	87,64%	81,5	Recursos Humanos	55,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	92,64%	92,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	33,80%	33,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,81	88,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	5,41	15,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	6,71	23,2					
Porte baseado em Tecnologia	17,05%	85,3	Tecnologia	77,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	17,85%	89,3					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,33%	66,7	Litigiosidade	54,6	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	66,30%	33,7					
Índice de Atraso	2,18	56,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	127,59%	73,7					
Produtividade Média por Magistrado	2.179	65,2					
Produtividade Média por Servidor	455	100,0	Produtividade	82,6	Peso: 50%	68,6	

iii. TRF 2ª Região

IDJus TRF 2ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,10%	22,4	Despesas	35,1	Gestão Orçamentária	57,1	55,6
Custo médio do Processo	R\$ 2.841,32	47,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	207,68%	60,0	Receitas	79,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 5.900,89	98,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	75,00%	62,6	Recursos Humanos	70,3	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	60,41%	60,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	70,24%	69,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,31	49,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,60	92,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,98	87,1					
Porte baseado em Tecnologia	18,97%	94,9	Tecnologia	84,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	20,00%	100,0					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,05%	85,3	Litigiosidade	48,4	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	70,42%	29,6					
Índice de Atraso	2,55	47,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	119,94%	67,8	Produtividade	39,3	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.726	49,7					
Produtividade Média por Servidor	131	28,8					

iv. TRF 3ª Região

IDJus TRF 3ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,17%	25,0	Despesas	49,6	Gestão Orçamentária	70,3	69,3
Custo médio do Processo	R\$ 1.521,71	74,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	300,14%	86,6	Receitas	91,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 4.567,30	95,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	63,84%	45,9	Recursos Humanos	71,0	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	55,36%	54,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,74%	78,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,66	77,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,64	88,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,46	80,6					
Porte baseado em Tecnologia	17,82%	89,1	Tecnologia	72,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	20,00%	100,0					
Porte baseado em Governança de TI	12,79%	64,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	77,1					
Taxa de Congestionamento	65,60%	34,4	Litigiosidade	60,7	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,25	54,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	152,69%	92,9					
Produtividade Média por Magistrado	3.192	100,0	Produtividade	74,6	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	224	49,2					

v. TRF 4ª Região

IDJus TRF 4ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,21%	27,7	Despesas	45,3	Gestão Orçamentária	50,8	57,7
Custo médio do Processo	R\$ 1.988,29	62,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	94,15%	27,2	Receitas	56,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.872,00	85,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	87,78%	81,7	Recursos Humanos	80,1	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	65,56%	65,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,04%	77,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,81	89,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,88	83,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,31	82,7					
Porte baseado em Tecnologia	18,97%	94,9	Tecnologia	82,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	20,00%	100,0					
Porte baseado em Governança de TI	18,02%	90,1					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	60,4	Litigiosidade	49,8	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	65,91%	34,1					
Índice de Atraso	1,94	62,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	101,08%	53,4	Produtividade	48,8	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.979	58,4					
Produtividade Média por Servidor	179	39,3					

vi. TRF 5ª Região

IDJus TRF 5ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,48%	24,1	Despesas	46,3	Gestão Orçamentária Peso: 25%	43,6	58,6
Custo médio do Processo	R\$ 1.742,88	68,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	33,89%	9,8	Receitas	41,0			
Arrecadação Média Processual	R\$ 590,66	72,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	80,07%	70,2	Recursos Humanos	70,8	Gestão de Recursos Peso: 25%		
Percentual de Servidores Efetivos	52,03%	51,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,58%	78,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	1,16	91,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	3,25	57,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,80	76,0					
Porte baseado em Tecnologia	17,82%	89,1	Tecnologia	82,4			
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	93,6					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	16,46%	82,3					
Taxa de Congestionamento	54,26%	45,7	Litigiosidade	62,6	Gestão de Processos Peso: 50%		
Índice de Atraso	1,33	76,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	117,38%	65,9					
Produtividade Média por Magistrado	2.165	64,7	Produtividade	51,5			
Produtividade Média por Servidor	174	38,3					

7.1.4 Justiça do Trabalho

i. Justiça do Trabalho

IDJus Justiça do Trabalho

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,16%	22,2	Despesas	32,7	Gestão Orçamentária	37,6	51,2
Custo médio do Processo	R\$ 3.172,75	43,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	28,36%	8,2	Receitas	42,6	Gestão de Recursos	74,3	
Arrecadação Média Processual	R\$ 899,95	76,9					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	83,18%	74,8	Recursos Humanos	76,3	Gestão de Recursos	74,3	
Percentual de Servidores Efetivos	73,28%	73,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	76,31%	76,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,35	52,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,73	95,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,08	85,8					
Porte baseado em Tecnologia	15,91%	79,5	Tecnologia	72,3	Gestão de Recursos	74,3	
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	8,04%	40,2					
Porte baseado em Automação	17,03%	85,1					
Porte baseado em Governança de TI	16,69%	83,5					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,64%	73,2	Litigiosidade	63,9	Gestão de Processos	46,4	
Taxa de Congestionamento	46,80%	53,2					
Índice de Atraso	0,86	87,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	98,05%	51,1	Produtividade	28,8	Gestão de Processos	46,4	
Produtividade Média por Magistrado	1.164	30,4					
Produtividade Média por Servidor	124	27,3					

ii. TRT 1ª Região – Rio de Janeiro

IDJus TRT01ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	97,65%	6,7	Despesas	21,9	Gestão Orçamentária	35,3	50,7
Custo médio do Processo	R\$ 3.668,96	37,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	46,18%	13,3	Receitas	48,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.694,17	84,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	82,08%	73,2	Recursos Humanos	77,2	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	73,16%	72,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	76,13%	75,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,40	56,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,71	94,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,78	89,9					
Porte baseado em Tecnologia	17,56%	87,8	Tecnologia	66,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	16,56%	82,8					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	10,00%	50,0	Litigiosidade	66,8	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	43,51%	56,5					
Índice de Atraso	0,81	88,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	103,74%	55,4					
Produtividade Média por Magistrado	1.226	32,5	Produtividade	28,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	115	25,3					

iii. TRT 2ª Região – São Paulo

IDJus TRT 02ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,47%	18,5	Despesas	38,7	Gestão Orçamentária	38,7	54,5
Custo médio do Processo	R\$ 2.179,65	59,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	23,60%	6,8	Receitas	38,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 514,32	70,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	60,55%	41,0	Recursos Humanos	73,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	86,68%	86,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	81,62%	81,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,31	49,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,46	90,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,47	94,0					
Porte baseado em Tecnologia	16,15%	80,8	Tecnologia	71,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	16,56%	82,8					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	79,2					
Taxa de Congestionamento	47,03%	53,0	Litigiosidade	63,6	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,86	87,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	97,22%	50,4					
Produtividade Média por Magistrado	1.719	49,4	Produtividade	43,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	166	36,5					

iv. TRT 3ª Região – Minas Gerais

IDJus TRT 03ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,42%	13,0	Despesas	27,9	Gestão Orçamentária	36,0	51,1
Custo médio do Processo	R\$ 3.205,12	42,8					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	32,84%	9,5	Receitas	44,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.052,52	78,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	82,56%	73,9	Recursos Humanos	77,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	69,85%	69,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	83,34%	83,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,44	59,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,09	98,8					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,49	80,3					
Porte baseado em Tecnologia	14,87%	74,4	Tecnologia	64,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	18,71%	93,6					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	9,79%	49,0	Litigiosidade	67,0	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	39,24%	60,8					
Índice de Atraso	0,54	94,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	90,71%	45,5	Produtividade	30,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.249	33,3					
Produtividade Média por Servidor	123	27,1					

v. TRT 4ª Região – Rio Grande do Sul

IDJus TRT 04ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,93%	17,2	Despesas	24,7	Gestão Orçamentária	35,0	49,6
Custo médio do Processo	R\$ 4.125,73	32,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	32,25%	9,3	Receitas	45,3	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.330,41	81,4					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	96,55%	94,8	Recursos Humanos	83,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	82,62%	82,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	81,94%	81,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,42	58,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,92	98,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,19	84,3					
Porte baseado em Tecnologia	17,95%	89,8	Tecnologia	76,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,27%	76,4					
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	100,0					
Taxa de Congestionamento	47,69%	52,3	Litigiosidade	62,8	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,86	87,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	94,73%	48,5	Produtividade	20,6	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	901	21,4					
Produtividade Média por Servidor	90	19,8					

vi. TRT 5ª Região - Bahia

IDJus TRT 05ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,99%	11,4	Despesas	22,5	Gestão Orçamentária	31,2	47,7
Custo médio do Processo	R\$ 3.981,26	33,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	18,10%	5,2	Receitas	39,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 720,58	74,4					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	95,79%	93,7	Recursos Humanos	84,6	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	70,18%	69,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	80,15%	79,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,59	72,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,98	100,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,64	91,7					
Porte baseado em Tecnologia	16,28%	81,4	Tecnologia	79,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,13%	65,7					
Porte baseado em Automação	15,27%	76,4					
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	100,0					
Taxa de Congestionamento	56,65%	43,3	Litigiosidade	56,9	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,27	77,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	96,11%	49,6					
Produtividade Média por Magistrado	890	21,0	Produtividade	20,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	93	20,5					

vii. TRT 6ª Região – Pernambuco

IDJus TRT 06ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,70%	15,0	Despesas	29,0	Gestão Orçamentária	32,4	49,0
Custo médio do Processo	R\$ 3.192,47	43,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	12,83%	3,7	Receitas	35,9	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 409,67	68,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	90,57%	85,9	Recursos Humanos	75,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	70,53%	70,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	67,02%	66,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,33	51,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,77	96,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,30	82,9					
Porte baseado em Tecnologia	16,67%	83,4	Tecnologia	69,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	13,12%	65,6					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,05%	85,3	Litigiosidade	61,4	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	46,91%	53,1					
Índice de Atraso	0,68	91,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	82,80%	39,4	Produtividade	29,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.148	29,9					
Produtividade Média por Servidor	132	29,1					

viii. TRT 7ª Região - Ceará

IDJus TRT 07ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	85,17%	42,0	Despesas	37,6	Gestão Orçamentária	36,2	48,8
Custo médio do Processo	R\$ 4.033,65	33,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	9,11%	2,6	Receitas	34,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 367,58	66,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	87,18%	80,8	Recursos Humanos	67,9	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	57,26%	56,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	72,47%	72,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,16	37,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,55	91,8					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	3,40	68,0					
Porte baseado em Tecnologia	17,05%	85,3	Tecnologia	76,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	17,42%	87,1					
Porte baseado em Governança de TI	18,02%	90,1					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,05%	85,3	Litigiosidade	62,6	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	49,60%	50,4					
Índice de Atraso	0,99	84,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	100,55%	53,0	Produtividade	24,4	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.065	27,0					
Produtividade Média por Servidor	99	21,8					
						43,5	

ix. TRT 8ª Região – Pará e Amapá

IDJus TRT 08ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,15%	13,7	Despesas	27,7	Gestão Orçamentária	34,1	54,5
Custo médio do Processo	R\$ 3.290,65	41,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	22,33%	6,4	Receitas	40,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 734,84	74,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	92,92%	89,4	Recursos Humanos	81,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	75,89%	75,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,97%	78,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,39	55,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,41	89,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,04	99,9					
Porte baseado em Tecnologia	15,09%	75,5	Tecnologia	75,0	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	18,71%	93,6					
Porte baseado em Governança de TI	18,92%	94,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,63%	78,2	Litigiosidade	76,7	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	24,30%	75,7					
Índice de Atraso	0,35	99,2					
Taxa de Atendimento da Demanda	103,50%	55,3	Produtividade	28,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.093	28,0					
Produtividade Média por Servidor	136	29,9					

x. TRT 9ª Região - Paraná

IDJus TRT 09ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,03%	22,6	Despesas	34,6	Gestão Orçamentária	42,4	51,4
Custo médio do Processo	R\$ 2.927,58	46,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	57,11%	16,5	Receitas	50,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.671,99	83,9					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	88,79%	83,2	Recursos Humanos	78,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	75,84%	75,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	80,84%	80,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,34	52,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,78	96,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,28	83,2					
Porte baseado em Tecnologia	18,33%	91,7	Tecnologia	75,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	16,56%	82,8					
Porte baseado em Governança de TI	18,02%	90,1					
Taxa de Congestionamento	53,38%	46,6	Litigiosidade	58,2	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,03	83,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	89,66%	44,7					
Produtividade Média por Magistrado	1.151	29,9	Produtividade	28,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	119	26,2					

xi. TRT 10ª Região – Distrito Federal e Tocantins

IDJus TRT 10ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,97%	17,1	Despesas	24,5	Gestão Orçamentária	32,4	47,4
Custo médio do Processo	R\$ 4.152,59	31,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	18,82%	5,4	Receitas	40,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 781,33	75,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	84,76%	77,2	Recursos Humanos	70,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	58,47%	58,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	76,21%	76,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,20	41,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,53	91,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,59	78,9					
Porte baseado em Tecnologia	15,00%	75,0	Tecnologia	68,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	18,71%	93,6					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	68,8	Litigiosidade	62,8	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	49,43%	50,6					
Índice de Atraso	0,99	84,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	100,99%	53,3					
Produtividade Média por Magistrado	1.053	26,6					
Produtividade Média por Servidor	105	23,0	Produtividade	24,8	Peso: 50%	43,8	

xii. TRT 11ª Região – Amazonas e Roraima

IDJus TRT 11ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,94%	20,0	Despesas	29,1	Gestão Orçamentária	41,8	53,8
Custo médio do Processo	R\$ 3.570,09	38,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	70,53%	20,4	Receitas	54,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 2.517,91	88,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	93,59%	90,4	Recursos Humanos	69,2	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	83,72%	83,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	59,34%	58,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,14	35,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,61	92,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	4,44	53,9					
Porte baseado em Tecnologia	15,38%	76,9	Tecnologia	76,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	16,56%	82,8					
Porte baseado em Governança de TI	18,02%	90,1					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,54%	67,7	Litigiosidade	70,9	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	34,83%	65,2					
Índice de Atraso	0,53	95,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	99,88%	52,5	Produtividade	29,4	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.158	30,2					
Produtividade Média por Servidor	130	28,5					

xiii. TRT 12ª Região – Santa Catarina

IDJus TRT 12ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,85%	25,9	Despesas	31,9	Gestão Orçamentária	36,1	51,4
Custo médio do Processo	R\$ 3.600,03	37,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	20,31%	5,9	Receitas	40,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 731,01	74,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	90,30%	85,5	Recursos Humanos	79,3	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	82,05%	81,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	74,71%	74,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,36	53,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,82	97,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,27	83,2					
Porte baseado em Tecnologia	12,18%	60,9	Tecnologia	71,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	18,71%	93,6					
Porte baseado em Governança de TI	18,02%	90,1					
Porte baseado em Capacitação em TI	16,04%	80,2	Litigiosidade	67,8	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	43,26%	56,7					
Índice de Atraso	0,84	87,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	108,28%	58,9	Produtividade	26,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.061	26,9					
Produtividade Média por Servidor	116	25,5					

xiv. TRT 13ª Região - Paraíba

IDJus TRT 13ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	98,08%	5,4	Despesas	15,5	Gestão Orçamentária	25,9	49,2
Custo médio do Processo	R\$ 4.831,55	25,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	9,94%	2,9	Receitas	36,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 480,48	69,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	97,14%	95,7	Recursos Humanos	76,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	77,76%	77,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	72,10%	71,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,30	48,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,05	99,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	3,45	67,3					
Porte baseado em Tecnologia	15,09%	75,5	Tecnologia	72,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	18,71%	93,6					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,05%	85,3					
Taxa de Congestionamento	28,57%	71,4	Litigiosidade	77,2	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,54	94,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	116,76%	65,4					
Produtividade Média por Magistrado	864	20,1	Produtividade	19,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	81	17,9					

xv. TRT 14ª Região – Rondônia e Acre

IDJus TRT 14ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	64,70%	100,0	Despesas	53,5	Gestão Orçamentária	45,0	53,0
Custo médio do Processo	R\$ 7.526,35	7,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	7,08%	2,0	Receitas	36,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 533,08	71,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	71,83%	57,9	Recursos Humanos	73,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	87,83%	87,7					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	68,53%	68,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,27	46,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,48	90,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,76	90,2					
Porte baseado em Tecnologia	15,64%	78,2	Tecnologia	70,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	16,56%	82,8					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	77,1	Litigiosidade	73,2	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	31,24%	68,8					
Índice de Atraso	0,48	96,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	102,43%	54,4	Produtividade	21,8	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	939	22,7					
Produtividade Média por Servidor	95	20,9					

xvi. TRT 15ª Região - Campinas

IDJus TRT 15ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	86,02%	39,6	Despesas	47,3	Gestão Orçamentária	44,0	53,0
Custo médio do Processo	R\$ 2.398,63	55,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	27,49%	7,9	Receitas	40,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 659,31	73,4					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	86,85%	80,3	Recursos Humanos	81,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	67,27%	66,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	83,36%	83,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,57	69,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,06	99,3					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,87	88,6					
Porte baseado em Tecnologia	15,77%	78,9	Tecnologia	65,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,27%	76,4					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,92%	64,6					
Taxa de Congestionamento	52,28%	47,7	Litigiosidade	61,2	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,12	81,2					
Taxa de Atendimento da Demanda	102,83%	54,7					
Produtividade Média por Magistrado	1.256	33,5	Produtividade	33,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	154	33,9					

xvii. TRT 16ª Região - Maranhão

IDJus TRT 16ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,88%	17,3	Despesas	33,6	Gestão Orçamentária	33,6	49,5
Custo médio do Processo	R\$ 2.705,48	49,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	10,52%	3,0	Receitas	33,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 284,59	63,9					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	96,55%	94,8	Recursos Humanos	71,3	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	53,62%	53,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	70,73%	70,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,23	42,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,71	95,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	3,15	71,3					
Porte baseado em Tecnologia	15,00%	75,0	Tecnologia	67,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	16,56%	82,8					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,38%	71,9	Litigiosidade	67,4	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	45,79%	54,2					
Índice de Atraso	0,97	84,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	113,77%	63,1	Produtividade	27,4	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	939	22,7					
Produtividade Média por Servidor	146	32,1					

xviii. TRT 17ª Região – Espírito Santo

IDJus TRT 17ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	83,09%	47,9	Despesas	42,9	Gestão Orçamentária	44,3	52,6	
Custo médio do Processo	R\$ 3.603,60	37,9		45,8				Peso: 25%
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	36,05%	10,4	Receitas	45,8	Gestão de Recursos	74,7		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.299,14	81,1						Recursos Humanos
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	88,24%	82,4						
Percentual de Servidores Efetivos	63,34%	63,0						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	84,20%	84,0						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,30	48,4						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,68	94,2						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,28	83,1	Tecnologia	73,5				
Porte baseado em Tecnologia	16,41%	82,1						
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,76%	33,8						
Porte baseado em Automação	15,27%	76,4						
Porte baseado em Governança de TI	18,02%	90,1	Litigiosidade	67,9			Gestão de Processos	45,7
Porte baseado em Capacitação em TI	17,05%	85,3						
Taxa de Congestionamento	42,03%	58,0						
Índice de Atraso	0,77	89,5	Produtividade	23,4	Peso: 50%			
Taxa de Atendimento da Demanda	104,64%	56,1						
Produtividade Média por Magistrado	990	24,4						
Produtividade Média por Servidor	102	22,5						

xix. TRT 18ª Região - Goiás

IDJus TRT 18ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,51%	24,1	Despesas	37,2	Gestão Orçamentária	39,5	53,1
Custo médio do Processo	R\$ 2.683,62	50,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	29,03%	8,4	Receitas	41,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 779,08	75,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	78,18%	67,4	Recursos Humanos	63,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	67,13%	66,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	37,12%	36,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,20	40,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,52	91,3					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,68	77,8					
Porte baseado em Tecnologia	15,26%	76,3	Tecnologia	71,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	16,56%	82,8					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	11,88%	59,4					
Taxa de Congestionamento	39,55%	60,5	Litigiosidade	66,7	Gestão de Processos	52,7	
Índice de Atraso	0,54	94,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	90,02%	44,9					
Produtividade Média por Magistrado	1.166	30,5	Produtividade	38,6	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	213	46,8					

xx. TRT 19ª Região - Alagoas

IDJus TRT 19ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,31%	35,9	Despesas	43,8	Gestão Orçamentária	38,5	53,8
Custo médio do Processo	R\$ 2.596,97	51,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	10,59%	3,1	Receitas	33,3	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 274,89	63,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	96,15%	94,2	Recursos Humanos	76,0	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	59,59%	59,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	73,99%	73,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,30	48,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,57	92,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,91	88,1					
Porte baseado em Tecnologia	16,54%	82,7	Tecnologia	77,0	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	18,71%	93,6					
Porte baseado em Governança de TI	18,02%	90,1					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,05%	85,3	Litigiosidade	70,3	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	47,95%	52,1					
Índice de Atraso	1,18	79,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	134,29%	78,8	Produtividade	29,8	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.164	30,4					
Produtividade Média por Servidor	133	29,2					

xxi. TRT 20ª Região - Sergipe

IDJus TRT 20ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,51%	21,2	Despesas	24,1	Gestão Orçamentária	30,7	47,8
Custo médio do Processo	R\$ 4.667,04	27,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	11,55%	3,3	Receitas	37,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 538,90	71,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	81,08%	71,7	Recursos Humanos	74,9	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	70,10%	69,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	56,48%	56,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,48	62,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,44	89,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,92	99,3					
Porte baseado em Tecnologia	15,77%	78,9	Tecnologia	80,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,13%	65,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	93,6					
Porte baseado em Governança de TI	16,04%	80,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,05%	85,3					
Taxa de Congestionamento	51,76%	48,2	Litigiosidade	62,9	Gestão de Processos	41,4	
Índice de Atraso	1,17	80,2					
Taxa de Atendimento da Demanda	110,14%	60,3					
Produtividade Média por Magistrado	804	18,0	Produtividade	19,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	99	21,7					

xxii. TRT 21ª Região – Rio Grande do Norte

IDJus TRT 21ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,83%	14,6	Despesas	25,2	Gestão Orçamentária	34,6	43,3
Custo médio do Processo	R\$ 3.798,03	35,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	29,79%	8,6	Receitas	44,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.131,41	79,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	82,14%	73,3	Recursos Humanos	71,1	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	62,95%	62,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	79,26%	79,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,21	41,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,57	92,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,69	77,6					
Porte baseado em Tecnologia	15,00%	75,0	Tecnologia	64,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	16,56%	82,8					
Porte baseado em Governança de TI	12,79%	64,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	68,8	Litigiosidade	49,7	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	67,27%	32,7					
Índice de Atraso	2,13	57,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	108,10%	58,8					
Produtividade Média por Magistrado	961	23,4					
Produtividade Média por Servidor	83	18,2	Produtividade	20,8	Peso: 50%	35,3	

xxiii. TRT 22ª Região - Piauí

IDJus TRT 22ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,18%	36,3	Despesas	44,5	Gestão Orçamentária	40,8	53,1
Custo médio do Processo	R\$ 2.532,87	52,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	17,80%	5,1	Receitas	37,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 450,85	69,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	94,59%	91,9	Recursos Humanos	72,6	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	61,48%	61,1					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	73,95%	73,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,19	40,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,52	91,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,68	77,7					
Porte baseado em Tecnologia	16,15%	80,8	Tecnologia	79,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,13%	65,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	93,6					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	79,2	Litigiosidade	67,6	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	41,06%	58,9					
Índice de Atraso	0,70	91,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	100,37%	52,9	Produtividade	27,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.088	27,8					
Produtividade Média por Servidor	128	28,1					

xxiv. TRT 23ª Região – Mato Grosso

IDJus TRT 23ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	88,93%	31,4	Despesas	34,8	Gestão Orçamentária	35,4	46,4
Custo médio do Processo	R\$ 3.569,35	38,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	11,92%	3,4	Receitas	36,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 425,34	68,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	84,88%	77,4	Recursos Humanos	66,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	73,58%	73,3					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	64,71%	64,3					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,22	42,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,11	98,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	5,09	45,1					
Porte baseado em Tecnologia	14,74%	73,7	Tecnologia	69,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	17,42%	87,1					
Porte baseado em Governança de TI	18,02%	90,1					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,71%	63,6	Litigiosidade	63,6	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	45,46%	54,5					
Índice de Atraso	0,74	90,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	91,79%	46,3					
Produtividade Média por Magistrado	719	15,1					
Produtividade Média por Servidor	97	21,4	Produtividade	18,3	Peso: 50%	40,9	

xxv. TRT 24ª Região – Mato Grosso do Sul

IDJus TRT 24ª Região

Ano-base: 2012

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,08%	19,6	Despesas	28,8	Gestão Orçamentária	34,2	48,0
Custo médio do Processo	R\$ 3.585,69	38,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	18,82%	5,4	Receitas	39,6	Gestão de Recursos Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 674,97	73,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	93,75%	90,6	Recursos Humanos	76,0	Gestão de Recursos Peso: 25%		
Percentual de Servidores Efetivos	67,83%	67,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	74,40%	74,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,32	49,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,90	98,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,86	75,3	Tecnologia	71,8	Gestão de Recursos Peso: 25%		
Porte baseado em Tecnologia	17,95%	89,8					
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	17,42%	87,1					
Porte baseado em Governança de TI	18,92%	94,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	10,83%	54,2	Litigiosidade	66,6	Gestão de Processos Peso: 50%		
Taxa de Congestionamento	42,26%	57,7					
Índice de Atraso	0,71	90,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	98,13%	51,1	Produtividade	17,5	Gestão de Processos Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	708	14,7					
Produtividade Média por Servidor	92	20,2					



8. Glossário

8.1 INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1.1 Despesas

i. Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Objetivo: Medir o quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada tribunal

Fórmula:
$$G \quad \frac{DRH}{Dpj}$$

Nomenclatura:

DRH - Despesas com Recursos Humanos

Dpj - Despesa Total da Justiça

Elaboração: Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)/CNJ

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

ii. Custo médio do Processo

Objetivo: Medir a despesa média de cada tribunal por processo baixado.

Fórmula:

$$C_{st\ m} = \frac{D_{pj}}{T\ a}$$

Nomenclatura:

Dpj - Despesa Total da Justiça

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (TBaix2), no 1º Grau (TBaix1), nas Turmas Recursais (TBaixTR) e nos Juizados Especiais (TBaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (TBaix2), no 1º Grau (TBaix1), nas Turmas Recursais (TBaixTR) e nos Juizados Especiais (TBaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TBaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (TBaix2), no 1º Grau (TBaix1).

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

8.1.2 Receitas

i. Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça

Objetivo: Indicar o que a arrecadação total do tribunal representa em relação à despesa total do tribunal.

Fórmula:

$$Rec_t = \frac{Rece\ ta}{Dpj}$$

Nomenclatura:

Receitas – Total de Receitas

Justiça Estadual: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF), Receitas de Impostos Causa Mortis nos inventários/arrolamentos (RICM).

Justiça Federal: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF).

Justiça do Trabalho: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções das Penalidades impostas pelos órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho (RERT), Recitas de Execução Previdenciária (RPrev), Receita de Arrecadação de Imposto de Renda (RIR)

Dpj - Despesa Total da Justiça

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

ii. **Arrecadação Média Processual**

Objetivo: Indicar a arrecadação média do tribunal por processo baixado.

Fórmula:
$$Rec_m = \frac{Rece\ ta}{T\ a}$$

Nomenclatura:

Receitas – Total de Receitas

Justiça Estadual: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF), Receitas de Impostos Causa Mortis nos inventários/arrolamentos (RICM).

Justiça Federal: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF).

Justiça do Trabalho: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções das Penalidades impostas pelos órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho (RERT), Recitas de Execução Previdenciária (RPrev), Receita de Arrecadação de Imposto de Renda (RIR)

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

8.2 INDICADORES DE GESTÃO DE RECURSOS

8.2.1 Recursos Humanos

i. Percentual de Cargos de Magistrado Ocupados

Objetivo: Indicar o percentual de cargos de magistrados ocupados em relação ao total de cargos existentes no tribunal.

Fórmula:

$$MagOc_{\%} = \frac{Mag}{MagE}$$

Nomenclatura:

MagE – Total de Cargos de Magistrados Existentes

Mag – Total de Magistrados

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

ii. **Percentual de Servidores Efetivos**

Objetivo: Indicar o percentual de servidores efetivos em relação ao número total de servidores do tribunal.

Fórmula:

$$TPEfet_{\%} = \frac{TP_{et}}{TS}$$

Nomenclatura:

TPEfet – Total de Pessoa do Quadro Efetivo

TS – Total de Servidores

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

iii. Percentual de Servidores da Área Judiciária

Objetivo: Indicar o percentual de servidores da área judiciária em relação ao número de servidores do tribunal.

Fórmula:

$$T a \% d = \frac{TSaj \ d}{TP \ et \ Ced \ Re \ TPS}$$

Nomenclatura:

TSajud – Total de Servidores da Área Judiciária

TPEfet – Total de Pessoa do Quadro Efetivo

Ced – Total de Servidores Cedidos

Req – Total de Servidores Requisitados

TPSV – Total de Pessoal Sem Vínculo

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

iv. **Taxa de Igualdade Processual por Servidor**

Objetivo: Indicar a existência de igualdade de carga de trabalho entre os servidores de 2º Grau e 1º Grau

Fórmula:

$$TEP = \frac{CP_{2^\circ} \cdot C_{2^\circ} \cdot Sa_{2^\circ}}{CP_{1^\circ} \cdot C_{1^\circ} \cdot Sa_{1^\circ}}$$

Nomenclatura:

CP_{2º} – Casos Pendentes de Baixa no 2º Grau

CN_{2º} – Casos Novos de 2º Grau

CP_{1º} – Casos Pendentes de Baixa no 1º Grau

CN_{1º} – Casos Novos de 1º Grau

SaJud_{2º} - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau

SaJud_{1º} - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária de 1º Grau

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

v. **Taxa de Igualdade Processual por Magistrado**

Objetivo: Indicar a existência de igualdade de carga de trabalho entre os magistrados de 2º Grau e 1º Grau

Fórmula:

$$TEPM = \frac{CP_{2^o} \cdot C_{2^o}}{CP_{1^o} \cdot C_{1^o}} \frac{Mag_{2^o}}{Mag_{1^o}}$$

Nomenclatura:

CP_{2º} – Casos Pendentes de Baixa no 2º Grau

CN_{2º} – Casos Novos de 2º Grau

CP_{1º} – Casos Pendentes de Baixa no 1º Grau

CN_{1º} – Casos Novos de 1º Grau

Mag_{2º} – Total de Magistrados no 2º Grau

Mag_{1º} – Total de Magistrados no 1º Grau

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

vi. **Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado**

Objetivo: Indicar a existência de igualdade de servidores lotados nas áreas judiciárias entre os magistrados de 2º Grau e 1º Grau

Fórmula:

$$TE = \frac{Sa_{2^\circ}}{Sa_{1^\circ}} \cdot \frac{Mag_{1^\circ}}{Mag_{2^\circ}}$$

Nomenclatura:

SaJud₂ - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau

SaJud₁ - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária de 1º Grau

Mag_{2º} - Total de Magistrados no 2º Grau

Mag_{1º} - Total de Magistrados no 1º Grau

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

8.2.2 Tecnologia

Todas as informações utilizadas nesse tema foram extraídas do questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça. Essa pesquisa seguiu as determinações estabelecidas na [Resolução Nº 90/2009, do CNJ](#), que prevê critérios de nivelamento mínimo em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário. Dentre os temas avaliados estão: governança de TI; infraestrutura; equipamentos; segurança da informação; pessoal de TIC; aplicativos; capacitação; comunicação de dados; processo eletrônico e telefonia.

1. Porte baseado em Tecnologia

Itens avaliados:

- *Idade média dos storages*
- *Faixa predominante de espaço de disco dos storages*
- *Faixa predominante de memória dos storages*
- *Número de impressoras*
- *Idade média das impressoras*
- *Número de Scanners*
- *Idade média dos Scanners*
- *Número de unidades judiciárias sem link de comunicação*
- *Velocidade do link de acesso à internet no Tribunal (kbps)*
- *Idade média de micros*
- *Número de micros*
- *Idade média dos Servidores*
- *Número total de unidades judiciárias da (s) capital(is) localizadas em prédios cujos links são iguais ou superiores a 2 Mbps*
- *Número total de unidades judiciárias do interior localizadas em prédios cujos links são iguais ou superiores a 2 Mbps*

2. Porte baseado em Força de trabalho mínima

O anexo I da Resolução N° 90/2009 do CNJ estabeleceu a força de trabalho mínima recomendada para Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário.

Itens avaliados:

- *Total de Usuários de Recursos de TIC*
- *Percentual mínimo de força de trabalho de TIC, incluindo, efetivos, comissionados e terceirizado.*
- *Número mínimo de profissionais de TIC do quadro permanente*

3. Porte baseado em Automação

Itens avaliados:

- *Os módulos de Primeiro Grau são integrados?*
- *Os módulos de Segundo Grau são integrados?*
- *Disponibilidade de informações processuais na internet Primeiro Grau*
- *Disponibilidade de informações processuais na internet Segundo Grau*
- *A integra dos atos proferidos são disponibilizados na internet 100%*
- *Utiliza a tecnologia de videoconferência para ensino à distância?*
- *Utiliza a tecnologia de videoconferência para interrogatório criminal?*
- *Total de Micros versus a soma de servidores e magistrados*

4. Porte baseado em Governança de TI

Itens avaliados:

- *Há Planejamento Estratégico para área de TIC em vigor?*
- *Há Comitê ou Comissão que decida sobre a priorização das ações e investimentos em TIC?*
- *Possui setor de Gestão Estratégica no Tribunal?*
- *Possui escritório de projeto implantado no Tribunal?*
- *Existe plano anual de capacitação nas áreas de gestão e governança de TIC?*
- *Na contratação de sistemas de informação há cláusula que determine a propriedade intelectual dos códigos fontes ou que determine o depósito dos fontes no INPI?*
- *Possui metodologia de desenvolvimento de software?*
- *Possui política de segurança implantada?*

5. Porte baseado em Capacitação em TI

Itens avaliados:

- *Pessoal de TIC capacitado em ITIL*
- *Pessoal de TIC capacitado em SOA*
- *Pessoal de TIC capacitado em gestão de projetos*
- *Pessoal de TIC capacitado em Segurança da informação*
- *Pessoal de TIC capacitado em Análise de Requisitos*
- *Pessoal de TIC capacitado em Análise em Pontos de Função*
- *Pessoal de TIC capacitado em Certificação*
- *Pessoal de TIC capacitado na Instrução normativa 04*

8.3 INDICADORES DE GESTÃO DE PROCESSOS

8.3.1 Litigiosidade

i. Taxa de Congestionamento

Objetivo: Indicar taxa de congestionamento dos tribunais, ou seja, de cada 100 processos que estão em tramitação no tribunal, quantos não foram finalizados.

Fórmula:

$$TC = 1 - \frac{T_{Baix}}{N}$$

Nomenclatura:

Tbaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

CN - Total de Casos Novos

Justiça Estadual: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE).

Justiça Federal: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CnTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1).

CP – Total de Casos Pendentes

Justiça Estadual: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE).

Justiça Federal: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CpTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1).

Elaboração: Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)/CNJ

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

ii. Índice de Atraso

Objetivo: Indicar o número de anos que o tribunal necessitaria para eliminar todos os casos pendentes, interrompida a entrada de casos novos e mantida constante a taxa de atendimento da demanda.

Fórmula:
$$= \frac{\text{CP}}{\text{Tbaix}}$$

Nomenclatura:

CP – Total de Casos Pendentes

Justiça Estadual: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE).

Justiça Federal: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CpTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1).

Tbaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Elaboração: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

iii. Taxa de Atendimento da Demanda

Objetivo: Indicar o percentual da demanda que foi finalizado em relação aos processos que ingressaram, no mesmo ano, em cada tribunal.

Fórmula:

$$T D = \frac{TBaix}{N}$$

Nomenclatura:

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (TBaix2), no 1º Grau (TBaix1), nas Turmas Recursais (TBaixTR) e nos Juizados Especiais (TBaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (TBaix2), no 1º Grau (TBaix1), nas Turmas Recursais (TBaixTR) e nos Juizados Especiais (TBaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TBaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (TBaix2), no 1º Grau (TBaix1).

CN - Total de Casos Novos

Justiça Estadual: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE).

Justiça Federal: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CnTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1).

Elaboração: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

8.3.2 Produtividade

i. Produtividade Média por Magistrado

Objetivo: Indicar a produtividade média dos magistrados do tribunal.

Fórmula:

$$Pr \quad d_{mag} = \frac{TBaix}{a}$$

Nomenclatura:

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (*Tbaix2*), no 1º Grau (*Tbaix1*), nas Turmas Recursais (*TbaixTR*) e nos Juizados Especiais (*TbaixJE*).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (*Tbaix2*), no 1º Grau (*Tbaix1*), nas Turmas Recursais (*TbaixTR*) e nos Juizados Especiais (*TbaixJE*) e nas Turmas Regionais de Uniformização (*TbaixTRU*).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (*Tbaix2*), no 1º Grau (*Tbaix1*).

Mag – Total de Magistrados

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

ii. **Produtividade Média por Servidor**

Objetivo: Indicar a produtividade média dos servidores da área judiciária do tribunal.

Fórmula:
$$Pr \quad q_a \quad \bar{a} = \frac{TBaix}{a}$$

Nomenclatura:

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (*Tbaix2*), no 1º Grau (*Tbaix1*), nas Turmas Recursais (*TbaixTR*) e nos Juizados Especiais (*TbaixJE*).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (*Tbaix2*), no 1º Grau (*Tbaix1*), nas Turmas Recursais (*TbaixTR*) e nos Juizados Especiais (*TbaixJE*) e nas Turmas Regionais de Uniformização (*TbaixTRU*).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (*Tbaix2*), no 1º Grau (*Tbaix1*).

SaJud – Total de Servidores Lotados na Área Judiciária

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2012 - CNJ](#)

9. Referências

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *O Índice De Desenvolvimento da Família (IDF)*. Rio de Janeiro: IPEA, out/2003. 20p. (Texto para Discussão n° 986). Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf

CASTRO, A S. *Indicadores Básicos e Desempenho da Justiça Estadual de Primeiro Grau*. Brasília: IPEA, 2011 (Texto para Discussão, 1609). Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_1609.pdf

CIDE. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. *IQM — Índice de Qualidade dos Municípios, 1998*. Rio de Janeiro, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Banco de dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, dezembro, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros/2013-01-04-19-13-21>

_____. **Justiça em Números 2011 – Relatório Justiça Estadual**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, novembro, 2012. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/rel_completo_estadual.pdf

_____. **Justiça em Números 2011 – Relatório Justiça Federal**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, novembro, 2012. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/rel_completo_federal.pdf

_____. **Justiça em Números 2011 – Relatório Justiça do Trabalho**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, novembro, 2012. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/rel_completo_trabalho.pdf

_____. **Justiça em Números 2010 – Relatório Justiça Estadual**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, setembro, 2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_estadual_jn2010.pdf



_____. **Justiça em Números 2010 – Relatório Justiça Federal.** Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, setembro, 2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_federal_jn2010.pdf.

_____. **Justiça em Números 2010 – Relatório Justiça do Trabalho.** Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, setembro, 2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_trabalho_jn2010.pdf.

_____. **Justiça em Números 2009:** Indicadores do Poder Judiciário - Panorama do Judiciário brasileiro. Brasília, setembro de 2010. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-em-numeros/rel_sintetico_jn2009.pdf.

_____. **Justiça em números 2008 - variáveis e indicadores do Poder Judiciário.** Technical report, Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, Junho, 2009. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/relatorios/justica_em_numeros_2008.pdf.

F.CIDE. **Índice de Qualidade Municipal: carências.** Rio de Janeiro, 2001.

F.SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.** São Paulo, 2004.

GUIMARÃES, J.R.S e JANNUZZI, P.M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais**, Salvador, 2005

JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*. Brasília, abr/jun 2005.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores Sociais na avaliação e formulação de políticas.** Rio de Janeiro, 2004.

JANNUZZI, P.M. *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas: Alínea/Puc-Campinas, 2001.



MUNDA, G. and Nardo, M. *Constructing Consistent Composite Indicators: the Issue of Weights*, Joint Research Centre, Ispra, 2005.

NARDO, M., Saisana, M., Saltelli, A., Tarantola, S., Hoffman, A., & Giovannini, E. *OECD/JRC Handbook on constructing composite indicators: methodology and user guide*. OECD Statistics Working Paper, Paris, 2008.

SALTELLI, A. et. al. *Composite indicators - the controversy and the way forward*. Palermo, **OECD World Forum on Key Indicators**. 2004. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/40/50/33841312.doc>.

THE WORLD BANK. *Making justice count: measuring and improving judicial performance in Brazil*. The World Bank, Washington, D.C., 2005.

TORRES, H.G.; FERREIRA, M.P.; DINI, N.P. Indicadores Sociais: por que construir indicadores como o IPRS. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade v.17, n.3-4, 2003.

UNITED NATIONS FOR DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). *Human Development Report 1990*. New York: Oxford University, 1990.